

AVISO DE LICITAÇÃO
MODALIDADE PREGÃO (ELETRÔNICO)
PROCESSO DE LICITAÇÃO n.º 16.942/2026
PREGÃO n.º 47/2026
UASG 925532

OBJETO: Contratação de solução integrada de Segurança Eletrônica, Controle de Acesso Biométrico e Experiência do Cidadão, sob o regime de prestação de serviços contínuos com fornecimento integral de equipamentos, manutenção preventiva e corretiva, suporte técnico especializado e serviços de integração sistêmica, nos termos estabelecidos no Edital e seus Anexos.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R\$ 547.402,56 (Quinhentos e quarenta e sete mil, quatrocentos e dois reais e cinquenta e seis centavos).

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor preço global.

MODO DE DISPUTA: Aberto e fechado.

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS: sim.

PROCESSO DIGITAL: 16.942/2026

CÓD. VERIFICADOR: 0WJ8B0TB

O recebimento das propostas, abertura e disputa de preços, será exclusivamente por meio eletrônico, no endereço <https://www.gov.br/compras/pt-br> conforme datas e horários definidos abaixo:

DATA E HORÁRIO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS	Até 8h59 do dia 30/06/2026
DATA E HORÁRIO DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA	Às 9h do dia 30/06/2026

O edital completo e possíveis alterações está(ão) disponível(eis) no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP (<https://pncp.gov.br/>) e no sítio eletrônico da Prefeitura de Araucária, no endereço <https://www.araucaria.pr.gov.br> (menu Licitações).

O acesso à íntegra do processo licitatório, edital e anexos também encontra-se disponível mediante consulta direta ao processo administrativo digital, com a indicação do número do Processo e Código Verificador, através do link: <https://araucaria.atende.net/autoatendimento/servicos/consulta-de-processo-digital/detalhar/1>

Demais informações podem ser obtidas diretamente no Departamento de Licitações e Contratos, das 9h00 às 12h00 e das 13h00 às 16h00, telefone (41) 3614-1528
Pregoeiro: Ricardo Machado, e-mail: ricardo.machado@araucaria.pr.gov.br.

Araucária, 11 de junho de 2026.

EDISON ROBERTO DA SILVA
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO



EDITAL DE LICITAÇÃO
MODALIDADE PREGÃO (ELETRÔNICO)
PROCESSO LICITATÓRIO DIGITAL n.º 16.942/2026
PREGÃO n.º 47/2026

O Município de Araucária, Paraná, pela Autoridade que ao final assina, torna público que está aberta licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, do tipo MENOR PREÇO, nos termos da Lei Federal n.º 14.133/2021 e Decretos Municipais n.ºs 39.132/2023, 42.872/2025, Lei Complementar n.º 123/06 e alterações e Lei Complementar Municipal n.º 17/2018 para atender à solicitação da Secretaria Municipal de Administração, através do ofício/requisição n.º 972/2026.

DATA DA SESSÃO: 30 de junho de 2026

HORÁRIO: 9h (horário de Brasília/DF)

ENDEREÇO ELETRÔNICO: <https://www.gov.br/compras/pt-br>

CÓDIGO UASG: 925532

1. DO OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1 A presente licitação tem por objeto a “contratação de solução integrada de Segurança Eletrônica, Controle de Acesso Biométrico e Experiência do Cidadão, sob o regime de prestação de serviços contínuos com fornecimento integral de equipamentos, manutenção preventiva e corretiva, suporte técnico especializado e serviços de integração sistêmica” sendo que a descrição detalhada, bem como todos os elementos necessários à identificação da execução do objeto, constam do Anexo I deste Edital.

2. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

2.1 Poderão participar da presente licitação, pessoas jurídicas que atuem no ramo pertinente ao objeto desta licitação e que atendam a todas às condições contidas na Lei n.º 14.133/2021, bem como as demais exigências contidas no presente edital, e previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.2 Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema.

2.3 Será concedido tratamento favorecido para as microempresas, empresas de pequeno porte e para o microempreendedor individual – MEI, nos limites previstos da Lei Complementar n.º 123, de 2006 e Lei Complementar Municipal n.º 17/2018.

2.3.1 O tratamento favorecido às empresas locais ou regionais de que trata o Art. 18, § 4º da Lei Complementar Municipal n.º 17/2018, será concedido somente mediante expressa previsão editalícia, quando devidamente justificado nos autos do processo licitatório.



2.3.1.1 Nos termos do § 6º do art. 119 do Decreto Municipal n.º 39.132, de 2023, no caso de restar deserta ou fracassada uma das cotas, esta será adjudicada integralmente à empresa declarada vencedora do item correspondente, desde que mantidas as mesmas condições da proposta a esta destinada e preenchidas as condições estabelecidas neste edital e em seus anexos.

2.4 Nos termos do inciso I do § 1.º do art. 4.º da Lei Federal 14.133/2021, as disposições constantes no subitem 2.3 não se aplicam ao(s) item(ns) cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

2.5 A obtenção dos benefícios a que se refere a Lei Complementar n.º 123, de 2006 e a Lei Complementar Municipal n.º 17/2018 fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

2.6 Não poderão participar da presente licitação os interessados:

2.6.1 Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

2.6.2 Que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 14 da Lei n.º 14.133, de 1.º de abril de 2021;

2.6.3 Que estejam sob falência, observado o disposto no Anexo II deste Edital;

2.6.4 Entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;

2.6.4.1 A vedação da participação de empresas em consórcio, conforme conclusões e fundamentação do estudo técnico preliminar, justifica-se em razão de entender-se que o objeto não apresenta vulto ou complexidade que demande o agrupamento de uma ou mais empresas para sua execução.

2.6.5 Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuando nessa condição;

2.7 Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

2.8 A vedação de que trata o subitem anterior estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado, funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

2.9 O impedimento de que trata o subitem 2.6.2 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou



coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.10 Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema relativo as seguintes declarações:

2.10.1 Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

2.10.2 Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e está em conformidade com as exigências editalícias;

2.10.3 Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

2.10.4 Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.

2.10.5 Que a proposta foi elaborada de forma independente.

2.10.6 Que não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

2.11 O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei n.º 14.133, de 2021.

2.12 Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

2.13 O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, (“sim” ou “não”) que não ultrapassou o limite de faturamento e cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar n.º 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

2.13.1 Nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “**não**” impedirá o prosseguimento no certame;

2.13.2 Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “**não**” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar n.º 123, de 2006, mesmo que microempresa ou empresa de pequeno porte.

2.14 A falsidade da declaração de que trata os itens 2.10, 2.11, 2.12 ou 2.13 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei n.º 14.133, de 2021, no Decreto Municipal n.º 39.132, de 2023, e neste Edital.



3. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

3.1 Até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para recebimento das propostas, qualquer cidadão poderá protocolar impugnação ao ato convocatório deste Pregão, no Departamento de Licitações e Contratos da Prefeitura do Município de Araucária, sito na Rua Pedro Druszczy, 111, 2º andar, Centro – Araucária/PR – CEP 83.702-080, ou encaminhá-la através de forma eletrônica, pelo **e-mail: ricardo.machado@araucaria.pr.gov.br**.

3.1.1 Caberá ao Pregoeiro receber e autuar os pedidos de impugnação e remeter à autoridade subscritora do edital que, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidirá no prazo de até 3 (três) dias úteis, contados da data de recebimento da impugnação, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

3.1.2 Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

3.2 Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço de **e-mail: ricardo.machado@araucaria.pr.gov.br**;

3.2.1 O Pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 03 (três) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido e limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

3.3 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

3.3.1 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pela autoridade subscritora do edital nos autos do processo de licitação.

3.3.2 As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

4. DAS DISPOSIÇÕES E RECOMENDAÇÕES PRELIMINARES

4.1 Serão utilizados para a realização deste certame recursos de tecnologia da informação, compostos por um conjunto de programas de computador que permitem confrontação sucessiva através do envio de lances dos licitantes com plena visibilidade para o Pregoeiro ou agente de contratação e total transparência dos resultados para a sociedade. O sistema encontra-se inserido diretamente na INTERNET, mediante condições de segurança, utilizando-se de chave de criptografia e autenticação em todas as suas fases.

4.2 Os trabalhos serão conduzidos por Pregoeiro ou Agente de Contratação da Prefeitura Municipal de Araucária, mediante a inserção e monitoramento de dados



gerados ou transferidos para o sistema COMPRAS.GOV.BR, constante na página eletrônica <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

4.3 O Pregoeiro ou Agente de Contratação designado para o presente procedimento licitatório exercerá as atribuições previstas no artigo 4º do Decreto Municipal n.º 39.132, de 2023.

4.4 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante toda a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios ou eventual responsabilização diante da inobservância de quaisquer mensagens ou convocações emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

4.5 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data e horário agendados, o Pregoeiro ou Agente de Contratação afixará aviso no sistema COMPRAS.GOV.BR comunicando a nova data e horário para retomada do certame, o qual não poderá ser inferior a 24 (vinte e quatro) horas, a contar do horário de registro do aviso.

4.5.1 Em casos em que a fase de lances tenha sido iniciada automaticamente pelo sistema, conforme configuração prévia da sessão pública, mesmo mediante desconexão do Pregoeiro ou Agente de Contratação, esta transcorrerá até o encerramento da etapa fechada, e a sessão será reagendada nas mesmas condições estabelecidas no subitem anterior, caso a desconexão do Pregoeiro ou Agente de Contratação perdure por prazo superior à 10 (dez) minutos a contar do horário de encerramento da etapa de lances.

4.6 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

4.7 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as informações contidas neste Edital.

4.8 Em caso de existência de discordância entre as especificações do objeto descritas no sistema COMPRAS.GOV.BR, prevalecerão as constantes neste Edital.

4.9 O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sítio eletrônico da Prefeitura do Município de Araucária, nos endereços <https://www.gov.br/pncp/pt-br> e <https://araucaria.atende.net/subportal/licitacoes-e-compras> – licitações em andamento, consulta através do n.º e ano da licitação), onde poderá ser realizado o acesso dos autos e acompanhamento dos avisos, resultados, recursos e atas.

4.10 No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.



5. DO CREDENCIAMENTO DOS LICITANTES JUNTO AO COMPRAS.GOV.BR

5.1 Para se cadastrar no Sistema Eletrônico, o Licitante deverá escolher e se dirigir à Unidade Credenciadora dentre as fornecidas pelo Sistema. As informações necessárias ao cadastramento estão disponíveis no seguinte endereço: <http://www.comprasnet.gov.br/cadastro/CadastroNovo.asp>

5.2 Para realizar o credenciamento, os Licitantes deverão estar previamente cadastrados junto ao Sistema de Cadastramento de Fornecedores SICAF, onde obterão o credenciamento (senha) para participar da licitação.

5.3 O credenciamento do licitante no Sistema de Pregão Eletrônico implica as seguintes responsabilidades:

5.3.1 O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;

5.3.2 O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do licitante e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão na forma eletrônica;

5.3.3 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros;

5.3.4 O licitante se responsabiliza por conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

5.4 O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

6.1 Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, de acordo com o rito definido nos incisos III a V do artigo 17 da Lei 14.133/2021.

6.2 Os licitantes apresentarão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico a proposta com **o preço ou o percentual de desconto ofertado**, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para



abertura da sessão pública, quando então encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

6.2.1 Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, **simultaneamente, os documentos de habilitação e a proposta**, observado o disposto nos **itens 9.1.1 e 9.4** deste Edital.

6.3 O envio da proposta e, quando for o caso, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

6.4 Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar, alterar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema. Após o prazo previsto para acolhimento das propostas, o sistema eletrônico não aceitará inclusão, alteração ou desistência da(s) proposta(s).

6.5 Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

6.6 Os dados da proposta e, quando for o caso, os documentos de habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do Pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

6.7 O licitante deverá registrar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.7.1 Valor unitário e total do item, utilizando **02 (duas) casas decimais** para cada um dos valores;

6.7.2 Quantidade cotada, **que NÃO poderá ser inferior ao estabelecido** no quadro de quantidades e custos do Anexo I para contratação, nos termos do § 7.º do artigo 297 do Decreto Municipal n.º 39.132/2023;

6.8 Quando do envio da proposta escrita, assim entendida aquela convocada para apresentação na forma de anexo nos termos do item 11 do presente edital, a licitante deverá:

6.8.1 **Consignar a descrição detalhada do produto ou serviço cotado, a indicação de site do fabricante ou endereço eletrônico onde seja possível acessar catálogos, *fôlder*, encarte, ficha técnica, manual ou quaisquer outros materiais técnicos oficiais que possibilitem a comprovação das características requeridas no edital.**

6.8.1.1 A ausência de indicação do local de acesso à documentação técnica ou a indicação de documento irregular não acarretará a desclassificação imediata da proposta da licitante, podendo ser efetuada diligência pelo Pregoeiro e/ou Equipe de Apoio;

6.8.1.2 As diligências de que tratam o subitem anterior poderão ser realizadas mediante consulta à rede mundial de computadores, diretamente aos sites de



fabricantes, de instituições especializadas ou órgãos emissores, bem como através de diligências diretamente à licitante para complementação de informações ou envio de documentos complementares através de convocação no chat ou da função “enviar anexo”.

6.8.1.3 A ineficácia das diligências ou o não atendimento de convocação que resulte na impossibilidade de confirmação das características requeridas no edital acarretará a desclassificação da proposta.

6.9 Todas as especificações do objeto, tais como descrição, marca, modelo, versão, garantias, características e demais informações contidas na proposta vinculam o licitante.

6.10 Desde que disponibilizada no sistema COMPRAS.GOV.BR, quando do cadastramento da proposta o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo, bem como o intervalo mínimo entre os lances, e usufruir da funcionalidade para envio automático de lances;

6.10.1 A utilização da funcionalidade de que trata o subitem anterior, caso disponibilizada pelo sistema COMPRAS.GOV.BR, é facultativa e será de exclusiva responsabilidade do licitante.

6.10.2 A parametrização possuirá caráter sigiloso para os demais licitantes e para o órgão ou entidade promotora da licitação.

6.11 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

6.12 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.13 O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação. Caso o prazo de validade não esteja expresso na proposta, a licitante se compromete a cumprir o prazo estipulado neste item.

6.14 Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios ou eventual responsabilização diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

6.15 É vedada à licitante, sob pena de desclassificação, a identificação da proposta de preços no sistema eletrônico (esta vedação não se refere a proposta de preços anexada, e sim às informações digitadas no sistema);

6.15.1 O preenchimento dos campos destinados às indicações de marca, modelo e fabricante para cadastro da proposta no sistema COMPRAS.GOV.BR, ainda que coincidentes com a razão social ou nome da proponente, não caracterizam a identificação de proposta, visto que tais campos somente tornam-se públicos após a etapa de lances.



6.16 A apresentação de proposta implica ao proponente a obrigatoriedade do cumprimento das disposições nela contida, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1 A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3 O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, podendo rejeitar aquelas que não estejam em conformidade ou que contenham vícios insanáveis.

7.3.1 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.3.2 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.4 O sistema disponibilizará campo próprio para mensagens do Pregoeiro aos licitantes.

7.5 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5.1 Os lances deverão ser ofertados pelo **VALOR UNITÁRIO DO ITEM cotado**;

7.5.2 Em caso de licitação do tipo menor preço por lote ou menor preço global, conforme critério estabelecido no subitem 12.1 deste Edital, **os lances também deverão ser ofertados pelos valores unitários de cada item integrante do lote cotado**, sendo que o sistema efetuará automaticamente o cálculo para aferir o menor valor total ofertado para o lote;

7.5.3 Deverão ser cotados todos os itens constantes no lote de interesse.

7.6 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7 O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8 O intervalo mínimo entre os lances, seja intermediários ou em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de R\$ 0,01.



7.9 O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

7.10 Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

7.11 A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.12 Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até dez por cento superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.12.1 Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.13 Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.13.1 Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.14 Poderá o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atender às exigências de habilitação.

7.15 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.16 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados pelo sistema, em tempo real, do valor do menor lance registrado (exceto na etapa fechada), vedada a identificação do licitante via sistema ou por quaisquer outros meios;

7.17 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.18 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e



reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, na área de “AVISOS” do respectivo Pregão no sistema COMPRAS.GOV.BR.

7.19 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.20 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar n.º 123, de 2006.

7.20.1 Nessas condições, as propostas de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.20.2 A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.20.3 Caso a licitante qualificada como microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual, melhor classificada, desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes qualificadas como microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.21 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.22 A ordem de apresentação de lances pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.23 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei n.º 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.23.1 Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.23.2 Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos em Lei;



7.23.3 Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

7.23.4 Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

7.24 Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.24.1 Empresas estabelecidas no território do Estado do Paraná;

7.24.2 Empresas brasileiras;

7.24.3 Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.24.4 Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei n.º 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.25 As regras de desempate previstas nos subitens anteriores não prejudicarão a aplicação do disposto no art. 44 da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006.

7.26 Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou lances empatados.

7.27 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Pregoeiro negociará condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento

7.28 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.29 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.30 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.31 O último lance ofertado deverá levar em consideração o número máximo de casas decimais permitidas para o valor unitário, de acordo com o estabelecido no subitem 6.7.1 deste edital, oportunidade em que os valores unitários e totais deverão ser ajustados sempre para menor em caso de arredondamentos.

7.32 Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO DA PROPOSTA

8.1 Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei n.º 14.133/2021, legislação correlata e no subitem 2.6.2 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que



impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1 SICAF;

8.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e de Empresas Punidas – CNEP, mantidos pela Controladoria-Geral da União;

8.1.3 Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/> e https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php?validar=form para pessoa física);

8.1.4 Cadastro de Impedidos de Licitar, mantido pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCE/PR;

8.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário (sendo o CPF consultado no sítio, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário).

8.2.1 Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, será efetuada diligência para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.2.2 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.2.3 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.2.4 Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação, conforme abrangência da penalidade.

8.2.5 Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.3 Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os subitens 2.5 e 2.13 deste edital.

8.4 Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, nos termos dos artigos 71 e 92 do Decreto Municipal nº 39.132/2023, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73/2022.

8.4.1 O Pregoeiro poderá solicitar manifestação técnica de outros setores da Administração Pública, a fim de subsidiar sua decisão.



8.5 Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor com valores unitário e total superior ao preço máximo fixado ou que apresentar preço manifestamente inexequível, que contiver vícios insanáveis, não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência ou apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.5.1 Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

8.6 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.7 Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade, adequabilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

8.8 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

8.9 O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar por meio da funcionalidade “enviar anexo”, disponível no sistema COMPRAS.GOV.BR, no prazo de até 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta, quando a descrição detalhada do objeto, constante na proposta ou no sistema, não for suficiente para análise da área técnica, caso em que, individualmente, o Pregoeiro comunicará a necessidade do envio via *chat*, estabelecendo prazo para tal.

8.9.1 O prazo estabelecido poderá ser prorrogado por decisão fundamentada do Pregoeiro ou por solicitação escrita e justificada do licitante formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

8.9.2 Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos, fichas técnicas ou propostas;

8.9.3 Somente mediante autorização do Pregoeiro e em caso de indisponibilidade do sistema, será aceito o envio da documentação por meio do e-mail:

ricardo.machado@araucaria.pr.gov.br, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico;

8.9.4 O licitante que deixar de enviar a documentação solicitada conforme especificado anteriormente, terá sua proposta desclassificada, sem prejuízo da aplicação de sanções previstas neste edital.



8.10 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.11 Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

8.12 Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

8.13 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.14 Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar n.º 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

8.15 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

8.15.1 Os originais ou cópias autenticadas, **CASO SEJAM SOLICITADOS**, deverão ser encaminhados ao Departamento de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de Araucária, aos cuidados do Pregoeiro (a) no endereço: Rua Pedro Druszczy, 111, 2º andar, Centro – Araucária/PR – CEP 83.702-080, no prazo estabelecido pelo Pregoeiro no sistema COMPRAS.GOV.BR.

8.16 Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

8.16.1 O licitante convocado à apresentação de amostra deverá colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem quaisquer ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

8.16.2 Por meio de mensagem no sistema, o Pregoeiro ou Agente de Contratação divulgará o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

8.16.3 Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8.16.4 No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

8.16.5 Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo



segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1 Para fins de habilitação, serão exigidos da licitante vencedora provisória os documentos previstos no Termo de Referência e indicados no instrumento convocatório, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei n.º 14.133, de 2021.

9.1.1 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista, econômico-financeira e de qualificação técnica poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF e será verificada diretamente no sistema nos documentos por ele abrangidos, conforme o disposto na Instrução Normativa n.º 03 de 2018 da SECRETARIA DE GESTÃO DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO (SEGES/MP), sendo assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

9.1.2 O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa n.º 03 de 2018-SEGES/MP, mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;

9.1.3 É dever do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação para que estejam vigentes na data de abertura da sessão pública, devendo proceder, imediatamente, à correção ou alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou desatualização. (IN n.º 3/2018, art. 7º, *caput*).

9.1.4 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN n.º 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

9.2 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN n.º 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

9.2.1 Os originais ou cópias autenticadas, **CASO SEJAM SOLICITADOS**, deverão ser encaminhados ao Departamento de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de Araucária, aos cuidados do Pregoeiro (a) no endereço: Rua Pedro Druszczy, 111, 2º andar, Centro – Araucária/PR – CEP 83.702-080, no prazo estabelecido pelo Pregoeiro no sistema COMPRAS.GOV.BR.

9.3 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.3.1 Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da



filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.3.2 Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.4 Ressalvado o disposto no subitem 9.1.1, os documentos relacionados no **Anexo II** do presente edital para fins de habilitação que não estejam contemplados no SICAF ou que estejam desatualizados na data da sessão deverão ser encaminhados pela licitante através de funcionalidade do sistema, em formato digital, **no prazo de até 02 (duas) horas**, contadas da solicitação do Pregoeiro.

9.4.1 É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido no subitem anterior, a partir de solicitação fundamentada feita no *chat* pelo licitante, antes de findo o prazo.

9.4.2 Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta, observado o disposto no art. 101 do Decreto Municipal n.º 39.132, de 2023, bem como no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES n.º 73, de 30 de setembro de 2022.

9.5 A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.5.1 Na hipótese da fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, nos termos do § 1.º do art. 17 da Lei 14.133/21, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.6 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, nos termos do § 2.º do art. 92 do Decreto Municipal n.º 39.132/23 e art. 64 da Lei 14.133/21, para:

9.6.1 Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

9.6.2 Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

9.7 Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, **no prazo de 02 (duas) horas**, sob pena de inabilitação.

9.8 A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.



9.9 As Microempresas, Empresas de Pequeno Porte, Microempreendedores Individuais e equiparados na forma da lei deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar n.º 123, de 2006.

9.10 Na análise dos documentos de habilitação, poderão ser sanados erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.11 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

9.12 Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

9.13 Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.14 A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte, nos termos do art. 115 do Decreto Municipal n.º 39.132, de 2023, somente será exigida para efeito de habilitação e contratação, e não como condição para participação na licitação.

9.15 A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

9.16 Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, **no prazo de 5 (cinco) dias úteis**, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública.

9.17 A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

9.18 Nos itens não exclusivos a microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da



Lei Complementar n.º 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.19 Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9.20 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.20.1 O licitante estrangeiro, caso seja considerado o vencedor desta licitação, deverá apresentar os documentos de habilitação equivalentes, de seu país de origem, aos exigidos dos licitantes nacionais;

9.20.2 Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto n.º 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.21 Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei n.º 14.133/2021).

9.22 Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.23 Nos termos do § 1º do art. 63 da Lei n.º 14.133, de 2021, o licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de condutas vigentes na data de entrega das propostas.

9.24 Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “*chat*” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

9.25 Se não constar prazo de validade no próprio documento ou no SICAF, será considerada válida a Certidão expedida até 90 (noventa) dias imediatamente anteriores à data limite estabelecida para apresentação de propostas.

9.26 Será inabilitado o licitante que não atender as condições necessárias à habilitação estabelecidas neste Edital.

9.27 Se o licitante não atender às exigências de habilitação, o Pregoeiro (a) examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de



classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda às necessidades da Prefeitura descrita no presente edital e seus anexos.

9.28 Constatado o atendimento às exigências fixadas neste edital, o licitante será declarado vencedor.

10. DA HABILITAÇÃO

10.1 Os requisitos de habilitação para o presente certame foram definidos com base nas conclusões do estudo técnico preliminar realizado pela equipe de planejamento do órgão contratante e serão aqueles estabelecidos no Anexo II do presente edital.

11. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

11.1 O Pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado e habilitado que envie por meio de funcionalidade disponível no sistema COMPRAS.GOV.BR, a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital;

11.1.1 Em caso de encaminhamento da proposta adequada ao último lance ofertado em desacordo com o subitem anterior deste edital, o Pregoeiro poderá efetuar a adequação dos valores diretamente no Sistema, em campo próprio para registro da negociação, sem a necessidade de solicitação de nova proposta ajustada;

11.2 A proposta de preços escrita deverá ser anexada no sistema Compras Governamentais, pelo licitante convocado, **em até 02 (duas) horas úteis**, contadas do registro da convocação no *chat*, sob pena de desclassificação.

11.2.1 É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido no subitem anterior, de ofício ou a partir de solicitação feita antes de findo o prazo pelo licitante convocado, ambas devidamente justificadas;

11.2.2 Serão consideradas horas úteis aquelas compreendidas das 08 h às 17 h, em dias de expediente normal na Prefeitura do Município de Araucária.

11.3 A proposta de preços ajustada deverá ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

11.3.1 Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

11.4 A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do objeto e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

11.5 Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.



11.6 Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso, nos termos do inciso II do art. 12 da Lei 14.133, de 2021.

11.7 Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros, observado o disposto no subitem 7.31 deste edital.

11.8 A oferta deverá ser firme e precisa, limitada rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

11.9 A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

11.10 As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis no Portal da Transparência da Prefeitura do Município de Araucária, após o encerramento da sessão pública, em prazo suficiente para autuação dos documentos.

11.11 Junto à proposta ajustada, a licitante vencedora deverá encaminhar as seguintes declarações:

11.11.1 **Declaração de indicação de representante legal para assinatura do contrato**, conforme modelo que consta no Anexo IV;

11.11.2 **Declaração de responsabilidade pela atualização dos dados cadastrais e bancários**, conforme modelo que consta no Anexo V;

11.12 As declarações de que trata o subitem 11.11 justificam-se para otimização dos fluxos de elaboração e encaminhamento dos termos de Contrato; notas de empenho, bem como de pagamentos, não caracterizando no entanto, condição desclassificatória ou inabilitatória.

12. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

12.1 Para julgamento será adotado o critério de MENOR PREÇO GLOBAL.

12.2 Não será considerada qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, nem preços ou vantagens baseadas nas ofertas dos demais licitantes.

12.3 Nos casos em que a licitante seja vencedora do mesmo item de grupos/lotos distintos, estes serão adjudicados pelo menor valor proposto.

13. DOS RECURSOS

13.1 A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei n.º 14.133, de 2021.

13.2 O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.



13.3 Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.3.1 A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente em campo próprio do sistema, sob pena de preclusão;

13.3.2 O prazo para a manifestação da intenção de recorrer será de **10 (dez) minutos**, contados da declaração do vencedor;

13.3.3 Havendo quem se manifeste, o Pregoeiro intimará, desde logo, recorrente(s) e recorrido(s) para apresentar pelo sistema eletrônico as razões e contrarrazões recursais no prazo legal, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.3.4 O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

13.3.5 Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei n.º 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

13.4 Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.6 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.7 O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.8 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.9 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.10 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no Portal da Transparência da Prefeitura do Município de Araucária.

14. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

14.1 A sessão pública poderá ser reaberta:

14.1.1 Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.



14.1.2 Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não formalizar a contratação ou não comprovar a regularização fiscal, nos termos do art. 43, §1º da Lei Complementar n.º 123, de 2006, e alterações. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

14.2 Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

14.3 A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (na área de avisos do sistema COMPRAS.GOV.BR) ou, e-mail ou, sítio eletrônico da Prefeitura do Município de Araucária, de acordo com a fase do procedimento licitatório;

14.3.1 A convocação quando feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos na proposta e, no caso de omissão, de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

14.4 Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

15. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

15.1 Constatada a regularidade dos atos praticados, a aceitabilidade da proposta e a habilitação do licitante vencedor, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório e adjudicará o objeto ao licitante declarado vencedor.

15.2 Será permitida a adjudicação e a homologação parcial do procedimento licitatório, quando o seu objeto possuir mais de um lote.

16. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

16.1 Executar o objeto contratado, conforme as condições prescritas no presente instrumento e de acordo com as especificações e termos mencionados na proposta.

16.2 Assumir inteira responsabilidade pela entrega do objeto, de acordo com as especificações constantes da proposta e/ou instruções deste Edital e seus anexos.

16.3 Reparar, corrigir, remover ou substituir os produtos ou serviços que entregar, às suas expensas, no todo ou em parte, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, salvo quando o defeito for, comprovadamente, provocado por uso indevido.

16.4 Responder civil e criminalmente por todos e quaisquer danos pessoais, materiais ou morais ocasionados à Administração e/ou a terceiros, na execução da presente licitação, isentando o Município de toda e qualquer responsabilidade.

16.5 Fornecer e utilizar toda a competente e indispensável mão de obra habilitada para a execução do objeto da presente licitação, atendidas todas as exigências legais pertinentes, tais como trabalhistas, inclusive no que se refere às normas de segurança no trabalho e previstas na legislação específica; encargos sociais, tributários, previdenciários, fundiários e demais que incidam ou venham a incidir



sobre o objeto da presente licitação, por mais especiais que sejam e mesmo que aqui não mencionadas, para com as quais ficará única e exclusivamente responsabilizada, nos termos do art. 121, da Lei 14.133, de 2021.

16.6 Se necessário ou solicitado pela Administração Pública, custear ensaios, testes e demais provas exigidas por normas técnicas oficiais para a boa execução do objeto de que trata a presente licitação, conforme § 4.º do art. 140 da Lei n.º 14.133, de 2021.

16.7 Custos relativos a deslocamento, para transporte do objeto licitado, serão exclusivamente por conta da Contratada, bem como o transporte de equipamentos (necessários à descarga), serão de responsabilidade da mesma, observadas as normas de segurança do trabalho e de trânsito, não cabendo nenhum ônus à Contratante.

16.8 A Contratada deverá manter durante toda a execução do contrato, ou outro instrumento equivalente, em compatibilidade as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Edital, nos termos do inciso XVI do art. 92 da Lei n.º 14.133, de 2021.

16.9 Comunicar expressamente à Administração, a quem competirá deliberar a respeito, toda e qualquer discrepância entre as reais condições existentes e os elementos apresentados.

16.10 Repor, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer objeto da Administração e/ou de terceiros que tenha sido danificado ou extraviado por seus empregados.

16.11 Prestar à Administração, sempre que necessário, esclarecimentos sobre os produtos, fornecendo toda e qualquer orientação que necessária para a perfeita utilização dos mesmos.

16.12 Responsabilizar-se pela manutenção do seu cadastro (tais como telefone, e-mail, endereço e dados bancários) atualizado perante o Município, bem como pela tempestividade de suas certidões para fins de pagamento dentro do prazo de vigência, consoante regra preceituada pelo SIM-AM/TCEPR.

16.13 Cumprir demais obrigações constantes do Anexo I do presente Edital.

16.14 Quando se tratar de contratação de grande vulto, nos termos do § 4º do art. 25 c/c inciso XXII do art. 6º da lei 14.133, de 2021, a contratada deverá apresentar o programa de integridade com o cronograma de implantação do citado programa, no prazo de 6 (seis) meses a contar da celebração do contrato.

16.14.1 O programa de integridade deverá ser elaborado de acordo com o disposto nos artigos 528 a 538 do Decreto Municipal n.º 39.132, de 2023, no que couber.

16.14.2 Na hipótese de não implantação do programa de integridade de que trata o subitem, o contratado estará sujeito a multa por inexecução parcial, nos termos previstos no instrumento convocatório e no contrato.



17. DA CONTRATAÇÃO

17.1 TERMO DE CONTRATO

17.1.1 Após a homologação da licitação, consoante disposição do art. 309 do Decreto Municipal n.º 39.132, de 2023, e art. 95 da Lei 14.133, de 2021, em sendo realizada a contratação, será(ão) firmado(s) Termo(s) de Contrato ou emitido(s) instrumento(s) equivalente(s).

17.1.2 Quando for o caso, a licitante adjudicatária deverá, observada a disposição do art. 310 do Decreto Municipal n.º 39.132, de 2023, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados da data da convocação, assinar Termo de Contrato, sob pena de decair do direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei n.º 14.133, de 2021 e Decreto Municipal n.º 39.132, de 2023, e no presente edital.

17.1.3 O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada da adjudicatária e aceita pela Administração;

17.1.4 A convocação poderá se dar através de correio eletrônico (e-mail), correspondência com aviso de recebimento ou por meio de publicação no Diário Oficial Eletrônico do Município de Araucária.

17.1.5 Emitida a Nota de Empenho ou o instrumento equivalente, que serão encaminhados através de correio eletrônico (e-mail) à empresa adjudicada, implica o reconhecimento de que:

17.1.5.1 Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei n.º 14.133, de 2021;

17.1.6 A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos.

17.1.7 Toda a comunicação, convocações, comunicados e envio de documentos pertinentes à contratação serão enviados através dos endereços registrados no cadastro de fornecedores da Prefeitura de Araucária e dados registrados no SICAF, sendo responsabilidade da adjudicatária manter atualizados seus dados cadastrais e comunicar ao Departamento de Licitações e Contratos¹ eventuais alterações, inclusive de e-mail e telefones de contato.

17.1.8 Quando o licitante convocado dentro do prazo de validade de sua proposta não formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidas neste Edital, a Administração poderá convocar os proponentes remanescentes, na ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas neste Edital.

17.1.9 Como condição para celebração do contrato ou instrumento equivalente, o licitante vencedor deverá manter as condições de habilitação, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste instrumento convocatório e legislação vigente.

1 Informações poderão ser solicitadas através do e-mail compras@araucaria.pr.gov.br ou pelos telefones (41) 3614-1400 Ramal: 1490 ou 2309.



17.1.10 Farão parte integrante da contratação o presente Edital e seus anexos, bem como os documentos constantes do processo e que tenham servido de base para a presente licitação.

17.1.11 A contratação se regerá pelas cláusulas e disposições constantes no instrumento contratual, pelas demais disposições constantes do presente Edital, pelas disposições contidas na Lei n.º 14.133, de 2021, bem como pelas demais disposições legais aplicáveis à espécie do objeto da presente licitação, por mais especiais que sejam e mesmo que no Edital ou instrumento contratual não tenham sido mencionadas.

17.1.12 Em caso de autorização de subcontratação total ou parcial do objeto, fica a subcontratada obrigada a apresentar previamente à autorização, os documentos comprobatórios de idoneidade, exigidos da contratada na fase de habilitação.

17.1.13 Autorizada qualquer das hipóteses retro, a contratada permanecerá solidariamente responsável pelo cumprimento de todas as condições ajustadas na contratação.

17.1.14 O recebimento do objeto se dará conforme as disposições contidas no artigo 140 da Lei n.º 14.133, de 2021, e Decreto Municipal n.º 39.132, de 2023.

17.1.15 A empresa contratada fica obrigada a aceitar os acréscimos ou supressões, nos limites e nas hipóteses previstas no art. 124 da Lei n.º 14.133, de 2021, nas mesmas condições contratuais, quando aplicável ao objeto contratado.

17.1.16 A Administração reserva o direito de paralisar ou suspender, a qualquer tempo, a execução do objeto da contratação, no caso de conveniência administrativa e/ou financeira, devidamente autorizada e fundamentada, caso em que a contratada terá direito de receber pelas parcelas efetivamente executadas e demais ressarcimentos garantidos e previstos na Lei n.º 14.133, de 2021.

17.1.17 A Administração reserva o direito de recusar todo e qualquer produto ou serviço que não atender as especificações contidas no presente Edital ou que sejam considerados inadequados, conforme § 1º do art. 140 da Lei n.º 14.133, de 2021.

17.1.18 Constatadas irregularidades no objeto contratual, o Contratante poderá:

17.1.18.1 Se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

17.1.18.1.1. Na hipótese de substituição, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Contratante, **nos prazos máximos estabelecidos na tabela abaixo**, contado da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.

Tipo de Equipamento	Impacto	Prazo Máximo para Substituição Integral
Itens de Segurança Ativa (Motores de Portão,	Crítico	Até 48 (quarenta e oito) horas após a constatação da



Sensores Anti-esmagamento, Controladores de Acesso)		impossibilidade de reparo imediato.
Terminais de Biometria e Câmeras Speed Dome	Alto	Até 52 (cinquenta e duas) horas após a abertura do chamado.
Câmeras e Estações de Cadastro	Médio	Até 60 (sessenta) horas após a abertura do chamado.

17.1.18.1.2. A CONTRATADA deverá substituir, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, qualquer empregado ou preposto cuja atuação seja considerada insatisfatória pela Fiscalização do Contrato ou em casos de desligamento do profissional, garantindo a manutenção da qualidade técnica.

17.1.18.2 Se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

17.1.19 O objeto da presente licitação será recebido provisoriamente por **05 (cinco) dias úteis**, contados da data da entrega/execução, para avaliação pela Comissão de Recebimento da Secretaria Municipal de Administração.

17.1.20 O recebimento do objeto dar-se-á definitivamente após o recebimento provisório, uma vez verificado o atendimento integral da quantidade e das especificações contratadas e cumprimento das “Condições” do Anexo I. Tal recebimento não afasta, contudo, a responsabilidade da contratada de substituir o objeto caso venham a ser detectadas irregularidades na especificação ou quantidade.

17.1.21 A Contratação poderá ser rescindida pelos motivos previstos no artigo 137, e na forma disposta pelo artigo 138 e consequências previstas no artigo 139, todos da Lei n.º 14.133, de 2021.

17.2 DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

17.2.1 Na presente contratação será exigida a Garantia de Execução em percentual de 5% (cinco por cento) sobre o valor global do contrato, que será liberada de acordo com as disposições previstas neste Edital, nos termos do artigo 96 a 102 da Lei 14.133, de 2021, desde que cumpridas as obrigações contratuais.

17.2.2 A proponente vencedora, em **até 10 (dez) dias úteis após a publicação do contrato em Diário Oficial**, deverá apresentar comprovação de formalização da garantia de execução, que servirá de garantia à fiel observância das obrigações contratuais.

17.2.3 Caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia previstas no § 1º do art. 96 da Lei 14.133, de 2021:

17.2.3.1 Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de



custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

17.2.3.2 Seguro-garantia;

17.2.3.3 Fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

17.2.3.4 Título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

17.2.4 A garantia em dinheiro deverá ser depositada em favor do Município de Araucária, através de depósito no Banco do Brasil (001), Agência Araucária (1467-2), Conta-Corrente (45251-3), Identificação do Depósito CNPJ DA EMPRESA.

17.2.5 No caso de alteração do valor do contrato ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser readequada ou renovada nas mesmas condições.

17.2.6 Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data em que for notificada.

17.2.7 No caso de inadimplemento das obrigações contratuais e/ou rescisão do termo de contrato por culpa da contratada, a Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

17.2.8 A garantia prestada pela contratada ou o valor que dela restar será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato, mediante apresentação do Termo de Recebimento Definitivo, ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente, nos termos do art.100 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

17.2.8.1 No caso da caução efetuada em dinheiro, a devolução deverá ser solicitada pela interessada através de processo administrativo digital, protocolado junto à Secretaria Municipal de Administração, e será devolvida no prazo de 05 (cinco) dias corridos após o protocolo do mesmo;

17.2.9 No caso de seguro-garantia, a adjudicatária terá 1 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, para a prestação da garantia, nos termos do §3.º do art. 96 da Lei 14.133, de 2021.

17.2.10 Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as mesmas condições e coberturas da apólice vigente e desde que nenhum período fique descoberto.

18. DA PRORROGAÇÃO E RENOVAÇÃO DO CONTRATO

18.1 A prorrogação e renovação do contrato se darão conforme disposto nos artigos 105 a 114 e 124 da Lei n.º 14.133, de 2021.

18.2 O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados de sua publicação, podendo ser prorrogado por meio de Termo Aditivo, por um ou mais períodos, desde que satisfeitos os requisitos dos artigos 106 e 107 da Lei Federal n.º 14.133/2021.



18.3 Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, datado de 14/04/2026 (data da assinatura do mapa de preços).

18.3.1 Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo CONTRATANTE, do Índice IPCA/IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

19. SANÇÕES

19.1 Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

19.1.1 Dar causa à inexecução total ou parcial do contrato;

19.1.2 Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro durante o certame.

19.1.3 Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

19.1.3.1 Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

19.1.3.2 Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

19.1.3.3 Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

19.1.3.4 Deixar de apresentar amostra ou apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

19.1.4 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, incorrendo na infração aquele que:

19.1.4.1 Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração.

19.1.5 Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

19.1.6 Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

19.1.7 Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

19.1.8 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

19.1.8.1 Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

19.1.8.2 Induzir deliberadamente a erro no julgamento;



19.1.8.3 Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

19.1.9 Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.

19.1.10 Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal n.º 12.846, de 2013.

19.2 A inexecução total ou parcial das obrigações assumidas, bem como a execução irregular ou com atraso injustificado, tem como consequência a aplicação combinada das penalidades de natureza pecuniária e restritivas de direitos, previstas em lei e no Edital.

19.3 O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e nos arts. 193 ao 227 do Decreto Municipal n.º 39.132, de 2023, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

19.4 As sanções deverão ser aplicadas, obedecidos aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade e mediante regular processo administrativo, garantida a prévia defesa e o devido processo legal.

19.5 Configurado o descumprimento de obrigação contratual ou o cometimento de infração administrativa, a contratada será intimada da infração e da penalidade correspondente para, no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, apresentar defesa.

19.6 Recebida a defesa, a Autoridade competente deverá se manifestar, motivadamente, sobre o acolhimento ou rejeição das razões apresentadas, concluindo pela imposição ou não de penalidade.

19.7 Com fulcro no art. 156 da Lei n.º 14.133, de 2021, garantida a prévia defesa, a inexecução total ou parcial do objeto, assim como a execução irregular, com atraso injustificado ou nos casos em que o licitante/contratado ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não manter a proposta, falhar ou fraudar na execução do objeto, comportar-se de modo inidôneo, imoral ou cometer fraude fiscal, sujeitará o licitante/contratado à aplicação das seguintes sanções:

19.7.1 Advertência, nos termos do inciso I do art. 156 da Lei 14.133, de 2021;

19.7.2 Multa, nos termos do inciso II do art. 156 da Lei 14.133, de 2021;

19.7.3 Impedimento de licitar e contratar, nos termos do inciso III e § 4.º do art. 156 da Lei 14.133, de 2021;

19.7.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, nos termos do inciso IV e § 5.º do art. 156 da Lei 14.133, de 2021, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

19.8 Na aplicação das sanções, nos termos do § 1º do art. 156 da Lei 14.133, de 2021, e arts. 210 a 212 do Decreto Municipal n.º 39.132, de 2023, serão considerados a natureza e a gravidade da infração cometida, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes, os danos que dela



provierem para a Administração Pública e a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

19.9 A pena pecuniária de multa, própria para a punição de infrações administrativas, atrasos injustificados, para compensar execução irregular ou inexecução pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas.

19.10 A multa será recolhida em percentual não inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) e não superior a 30% (trinta por cento) incidente sobre o valor total do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial, observadas as seguintes variações:

19.10.1 Para as infrações punidas com a sanção prevista no art. 195 do Decreto Municipal n.º 39.132, de 2023, caberá multa de 0,5% (cinco décimos por cento) a 5% (cinco por cento);

19.10.2 Para as infrações punidas com a sanção prevista no art. 196 do Decreto Municipal n.º 39.132, de 2023, previstas nos subitens 19.1.1 ao 19.1.5, a multa será de 5% (cinco por cento) a 30% (trinta por cento).

19.10.3 Para as infrações punidas com a sanção prevista no art. 197 do Decreto Municipal n.º 39.132, de 2023, previstas nos subitens 19.1.6 ao 19.1.10, a multa será de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento).

19.11 O cálculo da multa será justificado e levará em conta o disposto no subitem 19.8 do presente edital.

19.12 Nos termos do art. 162 da Lei n.º 14.133, de 2021, a multa será de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso sobre o valor da contratação, ou instrumento equivalente, ou sobre o valor correspondente da parcela em atraso, caracterizando a mora, no limite de 30 (trinta) dias.

19.13 A multa poderá ser descontada do pagamento devido pela Administração Pública municipal, decorrente de outros contratos firmados entre as partes, caso em que a Administração reterá o pagamento até o adimplemento da multa, com o que concorda o licitante ou contratante.

19.13.1 A retenção de pagamento de outros contratos, pela Administração Pública, no período compreendido entre a decisão final que impôs a multa e seu adimplemento, suspende a fluência de prazo para a Administração, não importando em mora, nem gera compensação financeira.

19.14 Decorridos 30 (trinta) dias de atraso, a Prefeitura Municipal de Araucária poderá considerar o atraso como descumprimento total ou parcial da obrigação, recusando-se a receber o objeto da licitação e aplicando as multas previstas no subitem 19.10.

19.15 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

19.16 Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.



19.17 A sanção de impedimento de licitar e contratar, prevista no subitem 19.7.3, será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 19.1.1 a 19.1.5, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Araucária, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

19.18 A sanção de declaração de inidoneidade prevista no subitem 19.7.4 poderá ser aplicada ao responsável em decorrência da prática das infrações dispostas nos subitens 19.1.6 ao 19.1.10, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 19.1.1 ao 19.1.5 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção prevista no subitem 19.7.3, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

19.19 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor da Administração Municipal.

19.20 A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

19.21 Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

19.22 Caberá pedido de reconsideração no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, contado da data da intimação, que decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

19.23 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

19.24 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

19.25 Aos casos omissos se aplicam às disposições pertinentes à Lei n.º 14.133, de 2021 e Decreto Municipal n.º 39.132, de 2023.



19.26 As sanções ora previstas poderão ser aplicadas sem prejuízo das demais penas e cominações que se verificarem aplicáveis à espécie do objeto da presente licitação, em especial em decorrência de perdas e danos (danos materiais, morais e outros), por mais especiais que sejam e mesmo que não expressos no Edital.

19.27 As sanções previstas neste Edital serão aplicadas de acordo com o Decreto Municipal n.º 39.132, de 2023.

19.28 Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), sítio eletrônico do Município de Araucária e demais cadastros pertinentes.

20. FRAUDE E CORRUPÇÃO

20.1 Ao participar da licitação, as partes declaram conhecimento e se comprometam em cumprir com as normas de prevenção à corrupção, previstas na legislação brasileira, bem como declaram conhecimento do contido no artigo 5º, inciso IV da Lei n.º 12.846/2013 e Decreto n.º 11.129, de 2022.

21. PAGAMENTO, DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E PREÇO MÁXIMO

21.1 Observado o disposto nos artigos 141 a 146 da Lei n.º 14.133, de 2021, e o parágrafo único do art. 35 do Decreto Municipal n.º 39.132, de 2023, o pagamento será efetuado de acordo com as quantidades efetivamente adimplidas, em até 30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal atestada pela Secretaria solicitante, acompanhada das certidões de regularidade da União e Previdenciários, FGTS e de Débitos Trabalhistas, dentro do prazo de validade.

21.1.1 Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pelo CONTRATANTE, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX / 100) / 365$$

$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = N. de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

21.2 Por ocasião dos pagamentos deverá ser apresentado:

21.2.1 Fatura discriminada, calculada em função dos produtos ou serviços fornecidos, devidamente atestados pelo(s) Fiscal(ais) do contrato e acompanhada



do respectivo Termo de Recebimento Definitivo e da CND da União e Previdenciários, CR do FGTS e CND de Débitos Trabalhistas, dentro do prazo de validade.

21.2.2 O prazo mencionado para pagamento refere-se à documentação apresentada sem incorreções. No caso de documentação apresentada com incorreções, os mesmos serão devolvidos à contratada para nova apresentação.

21.2.3 Caso a contratada entregue certidão com data expirada ou que venha se expirar antes da liquidação da despesa, ela será comunicada para substituir a certidão irregular por uma atualizada.

21.3 Nenhum pagamento será efetuado sem apresentação dos documentos a que alude o item anterior.

21.4 Os preços propostos serão considerados fixos, ressalvadas as hipóteses de admissibilidade de reajuste previstos na Lei 14.133, de 2021.

21.5 O valor total máximo desta licitação é de R\$ 547.402,56 (quinhentos e quarenta e sete mil, quatrocentos e dois reais e cinquenta e seis centavos), sendo que o valor estimado para pagamento no ano de 2026 correrá pelo orçamento de 2026, em dotação orçamentária própria, conforme tabela abaixo, previsto na LDO e no PPA, e o valor restante para o exercício de 2027, estará previsto na lei orçamentária anual e na lei de diretrizes orçamentárias do exercício de 2027 bem como no PPA:

ÓRGÃO	DOTAÇÃO	FONTE
SMAD	07.0001.0004.0122.0004.2021.33390394800	1.000
SMAD	07.0001.0004.0122.0004.2021.33390391200	1.000
SMAD	07.0001.0004.0122.0004.2021.33390400100	1.000
SMAD	07.0001.0004.0122.0004.2021.33390400600	1.000
SMAD	07.0001.0004.0122.0004.2021.33390409700	1.000
SMAD	07.0001.0004.0122.0004.2021.33390405700	1.000
SMAD	07.0001.0004.0122.0004.2021.33390400800	1.000

21.6 As despesas que seguirem nos exercícios subsequentes correrão à conta das rubricas ou verbas específicas consignadas nos orçamentos do Município e as alterações se processarão por meio de simples apostilamento, que deverá ser anexado aos autos do processo e comunicado à contratada.

22. DISPOSIÇÕES GERAIS

22.1 A presente licitação não importa necessariamente em contratação, podendo a Prefeitura Municipal de Araucária revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação, nos termos do artigo 71 da Lei n.º 14.133, de 2021, mediante ato escrito e fundamentado disponibilizado no sistema para conhecimento dos participantes da licitação, sendo oportunizada prévia manifestação dos interessados nos termos do § 3º do mesmo artigo, não cabendo às licitantes direito a indenização, nem pela elaboração da



proposta e/ou apresentação de documentos. O Município poderá, ainda, prorrogar, a qualquer tempo, os prazos para recebimento das propostas ou para sua abertura.

22.2 O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, na rescisão do contrato ou da Ordem de Fornecimento, ou instrumento equivalente, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

22.3 A falsidade de declaração prestada objetivando os benefícios instituídos à Microempresa e Empresa de Pequeno Porte caracteriza o crime de que trata o artigo 299 do Código Penal, sem prejuízo de enquadramento em outras figuras penais, bem como sujeitará a pessoa jurídica às sanções previstas na Lei de Licitações.

22.4 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

22.5 O Pregoeiro poderá, no interesse público, relevar faltas meramente formais que não comprometam a lisura e o real conteúdo da proposta.

22.6 É facultado ao Pregoeiro, ou à Autoridade a ele superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

22.7 Os proponentes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo Pregoeiro, sob pena de desclassificação/inabilitação.

22.8 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

22.9 As normas disciplinadoras da presente licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Prefeitura Municipal de Araucária, a finalidade e a segurança da contratação e que não afrontem a legislação pertinente.

22.10 As decisões, comunicados e informações referentes a este processo licitatório serão disponibilizadas no site <https://www.gov.br/compras/pt-br>. O Resultado da Licitação será também publicado no Diário Oficial Eletrônico do Município de Araucária através do endereço eletrônico <https://www.araucaria.pr.gov.br>.

22.11 Os casos omissos serão decididos pelo Pregoeiro, com base na legislação vigente.



22.12 Conforme regra própria do sistema COMPRAS.GOV.BR, sempre que publicado um evento de suspensão ou alteração do edital, o sistema excluirá as propostas e, quando for o caso, os documentos de habilitação que foram enviados pelos proponentes. **Assim, para garantir a participação no certame, as propostas e demais documentos deverão ser cadastradas novamente, após a republicação de novo edital.**

22.13 A licitante, ao participar do presente processo licitatório, deverá ter plena ciência e concordância de que deverá fornecer diversos dados pessoais, ou que estes serão objeto de consultas e diligências por parte da Administração, tais como aqueles relacionados a documentos de identificação; endereços físicos e eletrônicos; números de telefone e demais meios de contato; estado civil e eventuais informações de cônjuges ou relações de parentesco; participações societárias; demonstrações contábeis; eventuais sanções administrativas; condenações por improbidade ou no plano criminal; demais dados necessários ou obtidos no curso do processo.

22.13.1 As informações de que se referem o subitem anterior serão objeto de tratamento por parte da Administração e constarão do processo administrativo que, por força da Lei Estadual n.º 19.581/2018, será disponibilizado na íntegra no Portal Transparência do Município para acesso público.

22.14 A participação do proponente implica aceitação de todos os termos deste Edital.

22.15 Serão desconsideradas, para todos os efeitos, quaisquer manifestações que pretenda o licitante atribuir ao Pregoeiro, ao Agente de Contratação ou à Equipe de Apoio, que não tenham sido exaradas de modo expresso, escrito e disponibilizado a todos os licitantes, necessariamente decorrentes de impugnações, recursos, questionamentos, ou qualquer tipo de provocação devidamente protocolada em tempo hábil.

22.16 Deverão ser respeitadas as leis ambientais vigentes.

22.17 Fica eleito, para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste Edital, o Foro Regional de Araucária, Comarca da Região Metropolitana de Curitiba/PR, local da realização do certame.

22.18 O Edital, atas de sessão pública e resultados deverão ser disponibilizados, na íntegra, no endereço eletrônico <https://www.araucaria.pr.gov.br>.

22.19 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

22.20 Dúvidas poderão ser dirimidas pelo Pregoeiro em dias úteis, das 09h00 às 12h00 e das 13h00 às 16h00, através dos seguintes meios:

22.20.1 De forma eletrônica através do **e-mail:**
ricardo.machado@araucaria.pr.gov.br;

22.20.2 Via telefone: (41) 3614-1528.



22.20.3 Endereço para contato: Departamento de Licitações e Contratos da Prefeitura do Município de Araucária sito à Rua Pedro Druszczyk, 111, 2º andar, Centro – Araucária/PR – CEP 83.702-080.

23. ANEXOS

23.1 Integra(m) este Edital, para todos os fins e efeitos, como se nele estivesse(m) transcrito(s), os anexos abaixo relacionados, dispostos na seguinte ordem:

Anexo I – Termo de referência: Quadro de Quantidades e Custos, Especificações e Condições Gerais de Entrega e Execução;

Anexo II – Requisitos de Habilitação;

Anexo III – Modelo de proposta;

Anexo IV – Modelo de declaração de indicação do representante legal para assinatura do contrato;

Anexo V – Modelo de declaração de ciência quanto a responsabilidade pela atualização de dados cadastrais e bancários;

Anexo VI – Modelo de declaração de ciência quanto a obrigatoriedade da subcontratação de ME ou EPP;

Anexo VII – Roteiro da Prova de Conceito (PoC)

Anexo VIII – Termo de Aceite de Integração

Anexo IX – Relatório Mensal de Execução e Consumo (RMEC)

Anexo X – Termo de Recebimento Provisório

Anexo XI – Termo de Recebimento Definitivo

Anexo XII – Ordem de Serviço

Anexo XIII – Termo de Sigilo e Confidencialidade

Anexo XIV – Certificado de Exclusão e Sanitização de Dados

Anexo XV – Minuta de Contrato.

Link Decreto Municipal 39.132/2023: <http://leismunicipa.is/0fewh>

Araucária, 11 de junho de 2026.

EDISON ROBERTO DA SILVA
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO



ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 16.942/2026
PREGÃO (ELETRÔNICO) N.º 047/2026

1. QUADRO DE QUANTIDADES E CUSTOS

LOTE ÚNICO – AMPLA CONCORRÊNCIA

ITEM	CÓD IPM	CATSER	DESCRIÇÃO	UNID.	SMAD	VLR. UNIT. R\$	VLR. TOTAL R\$
01	239419	13331	IMPLANTAÇÃO E INFRAESTRUTURA: INSTALAÇÃO FÍSICA, LANÇAMENTO DE CABOS E CONFIGURAÇÃO LÓGICA.	SERVIÇO	1,00	R\$ 19.037,16	R\$ 19.037,16
02	238017	21172	CAPACITAÇÃO E TREINAMENTO: TREINAMENTO TÉCNICO E OPERACIONAL	SERVIÇO	1,00	R\$ 7.282,08	R\$ 7.282,08
03	240736	27430	SISTEMA DE CONTROLE DE ACESSO BIOMÉTRICO COMPOSTO POR BLOQUEIOS FÍSICOS EQUIPADOS COM TERMINAIS DE RECONHECIMENTO FACIAL — SENDO 04 BLOQUEIOS PADRÃO E 01 BLOQUEIO MOTORIZADO ACESSÍVEL PARA PNE (PESSOA COM NECESSIDADES ESPECIAIS).	MÊS	12,00	R\$ 6.860,73	R\$ 82.328,76
04	240736	27448	PONTO DE CONTROLE VEICULAR OFICIAL (LPR + MOTOR): CONTANDO COM 02 CÂMERAS LPR (ENTRADA E SAÍDA) E 01 MOTOR DE PORTÃO DE ALTO FLUXO EQUIPADOS OBRIGATORIAMENTE COM SENSORES DE SEGURANÇA ANTI-ESMAGAMENTO (FOTOCÉLULAS INFRAVERMELHAS E/OU LAÇOS INDUTIVOS), GARANTINDO A REVERSÃO IMEDIATA DO MOVIMENTO EM CASO DE DETECÇÃO DE OBSTÁCULO.	MÊS	12,00	R\$ 2.360,15	R\$ 28.321,80
05	240736	27448	SISTEMA DE CONTROLE DE ESTACIONAMENTO CIDADÃO, COMPOSTO POR 02 (DUAS) BARREIRAS VEICULARES AUTOMÁTICAS INTEGRADAS A 02 (DUAS) CÂMERAS LPR (LEITURA AUTOMÁTICA DE PLACAS), DESTINADAS AO RECONHECIMENTO DE VEÍCULOS, REGISTRO DE ACESSOS, MONITORAMENTO E FINS DE AUDITORIA.	MÊS	12,00	R\$ 3.037,50	R\$ 36.450,00
06	240736	19151	MONITORAMENTO INTERNO/CORREDORES (CÂMERAS IP FIXAS): 07	MÊS	12,00	R\$ 3.155,67	R\$ 37.868,04



ITEM	CÓD IPM	CATSER	DESCRIÇÃO	UNID.	SMAD	VLR. UNIT. R\$	VLR. TOTAL R\$
			CÂMERAS IP HD, MIN. 1080P, COM VISÃO NOTURNA E TECNOLOGIA WDR				
07	240736	19151	MONITORAMENTO PANORÂMICO (CÂMERAS IP 360° FISHEYE): 10 CÂMERAS DE ALTA RESOLUÇÃO (MIN. 5MP OU 12MP) PARACOBERTURA TOTAL DE GRANDES RECEPÇÕES SEM PONTOS CEGOS.	MÊS	12,00	R\$ 7.527,93	R\$ 90.335,16
08	240736	19151	MONITORAMENTO PERIMETRAL (02 CÂMERAS SPEED DOME PTZ): CÂMERAS COM ROTAÇÃO 360° HORIZONTAL, TILT DE 90° E ZOOM ÓPTICO REAL DE NO MÍNIMO 20X.	MÊS	12,00	R\$ 1.455,57	R\$ 17.466,84
09	238342	27405	ESTAÇÃO DE CADASTRAMENTO (KIT RECEPÇÃO): 02 NOTEBOOKS E 02 CÂMERAS HD PARA REGISTRO DE VISITANTES.	MÊS	12,00	R\$ 1.091,29	R\$ 13.095,48
10	239341	26077	PLATAFORMA DE GESTÃO UNIFICADA, INTELIGÊNCIA BIOMÉTRICA E OUVIDORIA ATIVA (SAAS): LICENCIAMENTO MENSAL DE SOFTWARE EM NUVEM PARA GESTÃO INTEGRAL DO ECOSISTEMA, INCLUINDO MÓDULOS DE CADASTRAMENTO FACIAL, VMS (VISUALIZAÇÃO DE IMAGENS), DASHBOARDS GERENCIAIS E MOTOR DE OUVIDORIA ATIVA VIA WHATSAPP.	MÊS	12,00	R\$ 6.239,07	R\$ 74.868,84
11	240736	27448	FORNECIMENTO, INSTALAÇÃO, AUTOMAÇÃO E MANUTENÇÃO INTEGRAL DE 02 (DUAS) PORTAS AUTOMÁTICAS DE ALTO DESEMPENHO, EQUIPADAS COM MOTORES DE ALTO FLUXO, SENSORES DE PRESENÇA TIPO RADAR, INFRAESTRUTURA COMPLETA DE COMANDO E CONTROLE, E 01 TERMINAL/LEITOR DE RECONHECIMENTO FACIAL DEDICADO. PORTA 01 (ACESSO PRINCIPAL): DESTINADA AO PÚBLICO EM GERAL, COM OPERAÇÃO DURANTE O HORÁRIO DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO. PORTA 02 (ACESSO DE SERVIDORES): DESTINADA EXCLUSIVAMENTE AOS SERVIDORES MUNICIPAIS, INTEGRADA AO SISTEMA BIOMÉTRICO E DISPOSITIVO DE RECONHECIMENTO FACIAL PARA LIBERAÇÃO AUTOMÁTICA DE ACESSO FORA DO HORÁRIO DE EXPEDIENTE	MÊS	12,00	R\$ 3.936,60	R\$ 47.239,20



ITEM	CÓD IPM	CATSER	DESCRIÇÃO	UNID.	SMAD	VLR. UNIT. R\$	VLR. TOTAL R\$
			PÚBLICO.				
12	239171	27081	SERVIÇOS DE INTEGRAÇÃO DE SISTEMAS (API): DESENVOLVIMENTO E CONFIGURAÇÃO DE CONECTORES DE INTEGRAÇÃO ENTRE A SOLUÇÃO E SISTEMAS MUNICIPAIS (SOB DEMANDA).	SERVIÇO	20,00	R\$ 3.488,69	R\$ 69.773,80
13	125127	26387	SESSÃO DE CONVERSA WHATSAPP BUSINESS - CATEGORIA UTILIDADE: SESSÕES INICIADAS PELA PREFEITURA (BUSINESS-INITIATED) PARA FINS DE PESQUISA DE SATISFAÇÃO, ENVIO DE PROTOCOLOS OU AVISOS ADMINISTRATIVOS. INCLUI JANELA DE 24H DE CONVERSA.	SERVIÇO	4.000,00	R\$ 0,23	R\$ 920,00
14	125127	26387	SESSÃO DE CONVERSA WHATSAPP BUSINESS - CATEGORIA SERVIÇO: SESSÕES INICIADAS PELO CIDADÃO (USER-INITIATED). OCORRE QUANDO O MUNICÍPE RESPONDE À PESQUISA OU INICIA UMA DÚVIDA. INCLUI JANELA DE 24H DE CONVERSA.	SERVIÇO	1.000,00	R\$ 0,08	R\$ 80,00
15	238017	21172	REALIZAÇÃO DE SESSÕES ADICIONAIS DE CAPACITAÇÃO TÉCNICA-OPERACIONAL E ADEQUAÇÃO TECNOLÓGICA, EXCLUSIVAS PARA NOVAS EQUIPES OU SUBSTITUIÇÕES, ATIVADAS SOB DEMANDA DA CONTRATADA MEDIANTE SOLICITAÇÃO FORMAL DA PREFEITURA. INCLUI ATUALIZAÇÃO DE CONHECIMENTOS SOBRE EVOLUÇÕES DO SISTEMA (NOVAS FUNCIONALIDADES, INTEGRAÇÕES OU MELHORIAS TECNOLÓGICAS) E ADAPTAÇÃO ESPECÍFICA PARA ONBOARDING DE PESSOAL NOVO.	SERVIÇO	5,00	R\$ 4.467,08	R\$ 22.335,40

Legenda: SMAD = Secretaria Municipal de Administração (unidade solicitante)

TOTAL ESTIMADO: R\$ 547.402,56

OBS.: Em caso de existência de discordância entre as especificações e unidades de medidas do objeto, descritas no sistema compras.gov.br, prevalecerão as constantes neste aviso.



2. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

2.1 Os serviços objeto da presente contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, nos termos do inciso XIII do artigo 6º da Lei 14.133, de 2021.

2.2 O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 39.132, de 2023.

2.3 A presente contratação é fruto de um diagnóstico técnico profundo sobre a infraestrutura de segurança e atendimento do Paço Municipal. A necessidade de migração para uma solução integrada fundamenta-se nos seguintes pilares estratégicos:

2.3.1 Superação da Obsolescência Tecnológica e do Modelo de Manutenção Fragmentado

2.3.1.1 O cenário atual do Paço Municipal baseia-se em um modelo híbrido e ineficiente: parte dos equipamentos (catracas e cancelas) é locada sob tecnologias defasadas (cartões de proximidade, digitação de matrículas, etc), enquanto o sistema de câmeras opera de forma isolada, sem manutenção integral garantida.

2.3.1.2 O Problema: No modelo atual, a falha de um componente gera "pontos cegos" e vulnerabilidades que demoram a ser sanadas devido à burocracia de reparos e reposição de peças.

2.3.1.3 A Solução: A adoção dos modelos de Hardware as a Service (HaaS) e Software as a Service (SaaS) transfere integralmente o risco tecnológico e o ônus da manutenção para a contratada. A Administração deixa de "alugar equipamentos" para contratar "disponibilidade", garantindo que 100% do ecossistema esteja operacional 24/7, com atualização tecnológica constante inclusa no serviço.

2.3.2 Mitigação de Riscos de Responsabilidade Civil e Segurança Ativa

2.3.2.1 O fluxo veicular intenso no Paço Municipal, envolvendo frota oficial e veículos de munícipes, exige mecanismos de segurança que o sistema atual não provê.

2.3.2.2 O Risco: Portões automáticos pesados e cancelas sem sensores inteligentes representam um risco constante de acidentes materiais e físicos. Eventuais colisões causadas por falhas mecânicas ou fechamentos acidentais resultam em danos ao patrimônio público e processos judiciais indenizatórios contra o Município.

2.3.2.3 A Necessidade: É imperativa a implementação de dispositivos anti-esmagamento certificados (laços indutivos e fotocélulas). Essa tecnologia garante a reversão imediata de qualquer movimento mecânico ao detectar obstáculos, protegendo vidas, preservando o patrimônio e oferecendo segurança jurídica à Administração.



2.3.3 Eficiência Administrativa e Interoperabilidade de Dados

2.3.3.1 O controle de acesso baseado em crachás físicos ou registros manuais é passível de fraudes, perdas e empréstimos de credenciais, além de gerar dados isolados que não servem à gestão.

2.3.3.2 A Melhoria: A implementação da Biometria Facial e Leitura de Placas (LPR) garante a identificação inequívoca de quem acessa o edifício.

2.3.3.3 Integração: Através de APIs abertas, a solução integrará os eventos de acesso aos sistemas da administração municipal, eliminando o retrabalho, reduzindo erros humanos e provendo dashboards em tempo real para a tomada de decisões estratégicas pela Secretaria de Administração.

2.3.4 Qualificação do Atendimento e Implementação da Ouvidoria Ativa

2.3.4.1 Atualmente, o Município de Araucária sofre com o "vácuo de informação" sobre a percepção do cidadão dentro do Paço. Não há ferramentas para medir se o visitante encontrou o que buscava ou se foi bem atendido.

2.3.4.2 A Inovação: A solução proposta utiliza a segurança como gatilho de gestão. Pela primeira vez, o evento físico de saída (passagem pela catraca) disparará automaticamente uma Ouvidoria Ativa via WhatsApp.

2.3.4.3 Valor Público: Essa funcionalidade transforma um dado de segurança em um indicador de performance pública, permitindo que a Prefeitura ouça o munícipe de forma proativa, identifique gargalos setoriais e melhore continuamente a experiência do cidadão, em estrito cumprimento às diretrizes de Governo Digital e Transparência.

2.3.5 Otimização de Custos e Previsibilidade Orçamentária

2.3.5.1 A transição do modelo de aquisição (CAPEX) para o modelo de serviço continuado (OPEX) proporciona uma gestão financeira mais eficiente.

2.3.5.2 Previsibilidade: O Município passa a ter um custo mensal fixo que abrange licenciamento, hardware, suporte técnico, troca de peças e atualizações.

2.3.5.3 Economicidade: Elimina-se o custo oculto da depreciação e a necessidade de manter estoques próprios de peças de reposição, concentrando os recursos públicos na entrega final do serviço de segurança e atendimento.

2.3.6 Síntese

2.3.6.1 A contratação representa uma ruptura com modelos de segurança passivos e ultrapassados. Trata-se de um investimento estratégico em uma Plataforma de Governança que une proteção rígida do patrimônio, automação inteligente de processos e um canal direto de respeito e escuta ao cidadão de Araucária.



3. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

3.1 A solução consiste em uma plataforma unificada de segurança e governança, operada sob os modelos Software como Serviço (SaaS) e Hardware como Serviço (HaaS). Todos os componentes devem ser nativamente integrados, operando sob uma interface única de gestão.

3.1.1 Arquitetura da Plataforma e Requisitos de Nuvem (SaaS)

3.1.1.1 Hospedagem: Solução em nuvem (SaaS) com datacenters localizados em território nacional (Brasil), certificação mínima Tier III e conformidade com a ISO 27001.

3.1.1.2 Resiliência Offline: O hardware de borda (terminais e controladores) deve possuir inteligência para operar de forma autônoma em caso de queda de internet, sincronizando os logs automaticamente após o restabelecimento da rede.

3.1.1.3 Soberania de Dados: APIs abertas (REST/JSON) para integração com sistemas municipais e garantia de propriedade integral dos dados pelo Município.

3.1.2 Módulo de Controle de Acesso Biométrico e Pedestres

3.1.2.1 Terminais Faciais: Reconhecimento em menos de 1 segundo, tecnologia anti-spoofing (detecção de vivacidade) e capacidade para operação em ambientes internos e externos.

3.1.2.2 Bloqueios Físicos: Catracas tipo flap ou swing com acabamento em aço inoxidável e funcionamento motorizado silencioso.

3.1.2.3 Acessibilidade PNE: Fornecimento de bloqueios motorizados com largura de vão livre mínima de 90cm e sinalização visual/sonora conforme NBR 9050.

3.1.3 Módulo de Segurança Veicular e Automação (LPR)

3.1.3.1 Câmeras LPR: Resolução específica para leitura de caracteres (OCR) de placas padrão Mercosul e Antigo, com captura de imagem colorida do veículo.

3.1.3.2 Motores de Alto Fluxo: Equipados com inversores de frequência para movimentos rápidos e suaves.

3.1.3.3 Segurança Anti-Esmagamento (Compulsório): Cada ponto de acesso veicular deve possuir redundância de segurança através de Laços Indutivos (sensor de massa metálica no solo) e Fotocélulas Infravermelhas (barreira de feixe), garantindo a reversão imediata do motor ao detectar obstáculos.



3.1.4 Módulo de Vigilância e Inteligência de Vídeo (CFTV IP)

3.1.4.1 O sistema deve gerenciar de forma unificada as 19 câmeras do projeto:

3.1.4.1.1. Câmeras IP Fixas (07 unidades): Resolução mínima 1080p (Full HD), 30 FPS, tecnologia WDR real e visão noturna de longo alcance para corredores e áreas internas.

3.1.4.1.2. Câmeras Panorâmicas 360° Fisheye (10 unidades): Resolução mínima de 5MP para cobertura total de recepções sem pontos cegos. A plataforma SaaS deve realizar o Dewarping nativo (planificação da imagem circular em telas planas).

3.1.4.1.3. Câmeras Speed Dome / PTZ (02 unidades): Rotação 360° horizontal e zoom óptico real de no mínimo 20x. Suporte a rondas automáticas e presets integrados ao mapa sinótico do software.

3.1.5 Módulo de Gestão Unificada e Ouvidoria Ativa (Software SaaS)

3.1.5.1 A plataforma deve atuar como o cérebro da operação, contemplando:

3.1.5.1.1. Gestão de Identidade: Cadastro centralizado de faces para servidores e visitantes, com gestão de níveis de acesso e controle de vigência de permissões.

3.1.5.1.2. Ouvidoria Ativa (Responsabilidade CONTRATADA): Configuração integral e manutenção do(s) número(s) junto à Meta (WABA), incluindo suporte para verificação da empresa e aprovação de templates categoria "Utilidade".

3.1.5.1.3. Gatilho Automático (Ouvidoria): Integração nativa entre o hardware de segurança e o software de mensageria. O evento de saída física registrado pelo terminal facial deve disparar automaticamente o fluxo de pesquisa.

3.1.5.1.4. Suporte Multimídia (Ouvidoria): Suporte ao envio e recebimento de textos, emojis, áudios, vídeos, imagens e documentos (PDF).

3.1.5.1.5. Automação IA (Chatbot Cognitivo): Pesquisa de satisfação conduzida por uma IA conversacional capaz de interpretar respostas abertas e interagir de forma humanizada.

3.1.5.1.6. Automação IA (Análise de Sentimento): Utilização de Processamento de Linguagem Natural para categorizar automaticamente os feedbacks como "Positivo", "Neutro" ou "Negativo".

3.1.5.1.7. Automação IA (Transcrição): Conversão automática de mensagens de áudio enviadas pelo cidadão em texto.

3.1.5.1.8. Dashboards: Painéis de NPS e CSAT em tempo real, relatórios de tempo de permanência, mapas de calor e tabulação de palavras-chave (Nuvem de Tags).



3.1.5.1.9. Portal de Suporte: Ferramenta de Service Desk nativa para abertura e acompanhamento de chamados, com registro inalterável de logs.

3.1.6 Módulo de Automação de Portas de Vidro

3.1.6.1 As portas automáticas existentes devem ser modernizadas e assumidas integralmente pela CONTRATADA:

3.1.6.1.1. Porta de Visitantes: Durante o horário comercial, opera via sensor de presença (radar). Fora do horário comercial e finais de semana, opera apenas via Reconhecimento Facial.

3.1.6.1.2. Porta Frontal: Operação via sensor de presença com capacidade de travamento/liberação remota. Fora do horário comercial e finais de semana deve permanecer fechada.

3.1.6.1.3. Segurança e Manutenção: Instalação de fotocélulas de proteção e responsabilidade total da CONTRATADA sobre motores, trilhos e correias (Modelo HaaS).

3.1.7 Estações de Cadastramento e Recepção

3.1.7.1 Fornecimento de kits compostos por Notebooks de alta performance e câmeras HD de mesa para o registro rápido de visitantes e coleta da foto de referência biométrica.

3.1.8 Manutenção e Reposição (HaaS)

3.1.8.1 O serviço inclui a manutenção preventiva mensal documentada e a manutenção corretiva com substituição integral de qualquer hardware defeituoso nos prazos definidos no SLA, sem custos adicionais para o Município.

4. CONDIÇÕES ESPECÍFICAS DE EXECUÇÃO

4.1 A execução do objeto seguirá o modelo de projeto "Turnkey" (Chave na Mão), onde a CONTRATADA assume a responsabilidade integral por todas as etapas técnicas, operacionais e de suporte. A execução será dividida nas seguintes fases:

4.1.1 Fase 1: Planejamento, Vistoria e Alinhamento Estratégico

4.1.1.1 Prazo: Até 10 dias úteis após a assinatura do contrato

4.1.1.2 Vistoria Técnica de Campo: Realização de visita detalhada em todos os 6 pavimentos e áreas externas para marcação dos pontos de fixação, infraestrutura elétrica e lógica.



4.1.1.3 Workshop de Requisitos: Reunião com a secretaria de Administração para definir os fluxos de acesso (quem acessa o quê), as regras de automação de portões e os modelos de mensagens da Ouvidoria Ativa.

4.1.1.4 Entregável - Plano de Implantação: Documento contendo o cronograma detalhado, matriz de responsabilidades e plano de gerenciamento de riscos da instalação.

4.1.2 Fase 2: Instalação Física (HaaS) e Configuração Lógica (SaaS)

4.1.2.1 Prazo: Até 45 (quarenta e cinco) dias corridos.

4.1.2.2 Nesta fase, a CONTRATADA executa a montagem do ecossistema tecnológico:

4.1.2.3 Instalação de Hardware (HaaS): Fixação de bloqueios biométricos, instalação de motores de alto fluxo, cancelas e sensores anti-esmagamento certificados.

4.1.2.4 Infraestrutura de CFTV: Lançamento de cabeamento estruturado e instalação das câmeras IP em todos os pavimentos.

4.1.2.5 Provisionamento do Ambiente SaaS: Configuração da plataforma em nuvem, criação dos perfis de usuários e ativação da conta WhatsApp Business API (WABA) junto à Meta.

4.1.2.6 Desenvolvimento de Integrações sob demanda: Configuração dos conectores API para comunicação com os sistemas municipais (ex: RH/Ponto Eletrônico).

4.1.2.7 Remoção de câmeras legadas: Remoção das câmeras de monitoramento legadas.

4.1.3 Fase 3: Validação, Testes e Homologação

4.1.3.1 Prazo: Até 15 (quinze) dias corridos.

4.1.3.2 Esta fase garante que a solução atende a todos os requisitos antes do uso oficial. A CONTRATADA deve realizar os testes baseados no seguinte roteiro:

4.1.3.2.1. Teste de Segurança Ativa: Simulação de obstrução nos portões para validar a reversão imediata (anti-esmagamento).

4.1.3.2.2. Teste de Biometria: Validação do tempo de resposta e do sistema anti-spoofing (tentativa de acesso com foto).

4.1.3.2.3. Teste de Ouvidoria Ativa: Validação do gatilho automático (Evento de Saída Física → Disparo de Mensagem no WhatsApp).

4.1.3.2.4. Teste de Resiliência: Simulação de queda de internet para validar o funcionamento offline dos bloqueios e portões.



4.1.3.2.5. Entregável: Relatório de Homologação assinado pela fiscalização do Município.

4.1.4 Fase 4: Plano de Capacitação, Treinamento e Gestão do Conhecimento

4.1.4.1 Prazo: Até 15 (quinze) dias corridos (podendo ocorrer simultaneamente à Fase 3).

4.1.4.2 Este item é considerado condição fundamental e indispensável para o pleno funcionamento e o sucesso da solução integrada. A tecnologia de alta performance (SaaS/HaaS) só atingirá seus objetivos de segurança, automação e ouvidoria se os agentes humanos estiverem plenamente aptos a operá-la. A CONTRATADA deverá executar um plano de transferência de conhecimento estruturado nos seguintes termos:

4.1.4.2.1. Abrangência e Níveis de Treinamento

4.1.4.2.1.1. Os treinamentos deverão ser segmentados para atender às diferentes competências exigidas no Paço Municipal:

4.1.4.2.1.1.1. Nível Operacional (Recepção e Vigilância): Foco no cadastramento ágil de visitantes (enrollment), interpretação de alertas de acesso, operação física dos bloqueios e condução ética do cidadão durante a coleta de dados biométricos.

4.1.4.2.1.1.2. Nível de Gestão (Secretaria de Administração): Capacitação para extração de relatórios gerenciais, interpretação dos dashboards de Ouvidoria Ativa (NPS), auditoria de logs de acesso e gestão de perfis e permissões de usuários.

4.1.4.2.1.1.3. Nível Técnico: Treinamento especializado sobre a saúde das APIs de integração, monitoramento da resiliência offline, suporte de primeiro nível para o hardware instalado e protocolos de segurança cibernética da plataforma.

4.1.4.2.2. Metodologia e Materiais Didáticos

4.1.4.2.2.1. Abordagem Hands-on: Os treinamentos deverão ser práticos, utilizando os equipamentos e softwares instalados no ambiente real do Paço Municipal.

4.1.4.2.2.2. Acervo Digital: A CONTRATADA deverá fornecer manuais técnicos e operacionais em formato digital (.PDF), em português, além de vídeos tutoriais de curta duração (microlearning) integrados à plataforma SaaS para consultas rápidas.

4.1.4.2.2.3. Ambiente de Treinamento Permanente: A plataforma deverá disponibilizar um módulo de "Ajuda" sempre atualizado, permitindo que novos servidores aprendam o básico da ferramenta de forma autônoma.

4.1.4.2.3. Certificação Obrigatória e Padronização SMAD

4.1.4.2.3.1. Emissão de Documentos: Ao final de cada ciclo de treinamento, a CONTRATADA deverá emitir e entregar individualmente o Certificado de Capacitação Técnica e Aproveitamento.



4.1.4.2.3.2. **Crítérios da SMAD:** A Secretaria Municipal de Administração fornecerá formalmente à contratada as informações que deverão obrigatoriamente constar no certificado (ex: Conteúdo programático, carga horária, período, identificação dos instrutores e logotipos institucionais).

4.1.4.2.3.3. **Validade para Pagamento:** O aceite da fase de implantação e o faturamento das turmas de reciclagem ficam condicionados à entrega da lista de presença assinada e cópia dos certificados emitidos.

4.1.4.2.4. **Plano de Sustentabilidade e Formação Continuada (Ciclo de 10 anos)**

4.1.4.2.4.1. Para garantir que o conhecimento não se perca ao longo do tempo (devido à rotatividade de pessoal ou evolução tecnológica), o plano prevê:

4.1.4.2.4.1.1. **Capacitação de Implantação:** Ciclo inicial completo realizado antes do Go-Live.

4.1.4.2.4.1.2. **Reciclagem Quinquenal ou sob Demanda:** A Administração poderá acionar sessões de reciclagem a qualquer tempo, garantindo que, mesmo na metade ou no fim da vigência contratual (daqui a 5 ou 10 anos), as equipes estejam atualizadas com as versões mais recentes do software e hardware.

4.1.4.2.4.1.3. **Sessão de Atualização Gratuita:** Sempre que houver troca de modelos de hardware (HaaS) ou atualizações de software (SaaS) que alterem a interface de uso, a CONTRATADA deverá realizar treinamento de atualização para os multiplicadores da Prefeitura sem custo adicional.

4.1.4.2.5. **Indicadores de Sucesso e Responsabilidade**

4.1.4.2.5.1.1. O indicador de sucesso desta etapa é a autonomia operacional das equipes do Município.

4.1.4.2.5.1.2. Fica estabelecido que falhas operacionais ou subutilização do sistema decorrentes de negligência na capacitação serão de responsabilidade da CONTRATADA. O suporte técnico corretivo não poderá ser utilizado de forma recorrente como substituto ao treinamento deficiente.

4.1.5 **Fase 5: Entrada em Produção (Go-Live) e Operação Assistida**

4.1.5.1 **Prazo:** 30 (trinta) dias corridos.

4.1.5.2 **Migração e Cadastramento:** Início do cadastramento biométrico em massa dos servidores.

4.1.5.3 **Operação Assistida:** Acompanhamento presencial ou remoto intensivo da contratada durante o primeiro mês de uso para ajustes finos nas configurações de sensibilidade das câmeras, tempos de abertura de portões e fluxos da Ouvidoria Ativa.

4.1.6 **Fase 6: Operação Plena e Manutenção Contínua**



4.1.6.1 Prazo: Durante toda a vigência contratual.

4.1.6.2 Regime padrão de sustentação da solução durante a vigência contratual:

4.1.6.3 Manutenção Preventiva: Visitas mensais para limpeza de lentes, lubrificação de engrenagens de motores e check-up de sensores de segurança.

4.1.6.4 Manutenção Corretiva (SLA): Substituição imediata de ativos defeituosos conforme os prazos de atendimento.

4.1.6.5 Suporte Evolutivo: Atualizações de firmware e software para inclusão de novas funcionalidades e correções de segurança sem custos adicionais.

4.1.7 Encerramento Contratual e Reversibilidade

4.1.7.1 Prazo: Iniciado 60 (sessenta) dias antes do fim da vigência.

4.1.7.2 Ao fim do contrato, a contratada deve cumprir o protocolo de saída:

4.1.7.3 Portabilidade de Dados: Entrega da base de dados biométricos e histórico de fluxos em formato aberto.

4.1.7.4 Sanitização LGPD: Exclusão segura dos dados dos servidores de nuvem e emissão do Certificado de Exclusão.

4.1.7.5 Retirada de Ativos: Desinstalação organizada do hardware, entregando os locais de fixação em perfeitas condições de conservação.

4.2 SLA

4.2.1 Este item estabelece os padrões mínimos de desempenho e disponibilidade que a CONTRATADA deve garantir. O cumprimento destes níveis é mandatório para o faturamento mensal; o descumprimento acarretará glosas automáticas e penalidades, conforme a gravidade.

4.2.2 Plataforma de Gestão de Chamados (Service Desk)

4.2.2.1 Para fins de controle, transparência e auditoria do SLA, a CONTRATADA deverá disponibilizar, sem ônus adicional à Administração, uma plataforma de gestão de chamados (ticketing), observando os seguintes requisitos:

4.2.2.1.1. Registro Inalterável: Cada chamado deverá gerar um número de protocolo único, registrando automaticamente a data e o horário exato (timestamp) da abertura, das interações técnicas e do fechamento.

4.2.2.1.2. Acesso da Fiscalização: A CONTRATADA deverá fornecer perfis de acesso do tipo "Consulta/Gestor" para os fiscais da SMAD, permitindo o acompanhamento em tempo real de todos os chamados e do tempo decorrido.



4.2.2.1.3. Base para Medição: Os dados extraídos desta plataforma serão a base soberana para o cálculo de glosas mensais. Em caso de divergência entre relatórios manuais e o sistema de chamados, prevalecerão os registros do sistema.

4.2.3 Classificação de Incidentes

4.2.3.1 Os chamados de suporte técnico e manutenção serão classificados conforme o impacto na segurança e na operação do Paço Municipal:

PRIORIDADE	NÍVEL	DESCRIÇÃO E EXEMPLOS
P1	Crítico	Falha que compromete a segurança física ou o fluxo do prédio: portão veicular travado; bloqueio biométrico inoperante; motor/sensor anti-esmagamento defeituoso; indisponibilidade total da plataforma SaaS.
P2	Alto	Falha em funcionalidade principal sem interrupção total: falha na integração com WhatsApp (Ouvidoria); inoperância de uma câmera de CFTV em área crítica; falha na sincronização de dados.
P3	Normal	Falha secundária ou dúvida operacional: erro em relatórios gerenciais; necessidade de ajuste de sensibilidade de câmera; dúvida sobre configuração de novos usuários; problemas estéticos em terminais.

4.2.4 Tempos de Resposta e Solução (SLA de Atendimento)

4.2.4.1 A CONTRATADA deverá cumprir os seguintes prazos, contados a partir da abertura do chamado ou detecção automática pelo sistema de monitoramento:

PRIORIDADE	TEMPO DE PRIMEIRA RESPOSTA (RECONHECIMENTO)	TEMPO MÁXIMO DE SOLUÇÃO (RESOLUÇÃO/TROCA)
P1 - Crítico	Até 60 minutos	Até 48 horas
P2 - Alto	Até 60 minutos	Até 48 horas
P3 - Normal	Até 60 minutos	Até 48 horas

4.2.4.2 Tempo de Solução P1: Dada a essencialidade da segurança perimetral, em incidentes P1, a CONTRATADA deverá realizar o reparo no local ou a substituição imediata do hardware defeituoso por outro equipamento.

4.2.5 Garantia de Disponibilidade (Uptime)

4.2.5.1 A CONTRATADA deverá garantir a disponibilidade mensal para a solução conforme os índices abaixo:

MÓDULO / SERVIÇO	NÍVEL MÍNIMO EXIGIDO
Disponibilidade Geral da Plataforma (SaaS)	99,8% ao mês
Segurança Ativa (Motores e Sensores Anti-esmagamento)	100% (Zero tolerância a falhas de segurança)
Acesso Biométrico e Vigilância (HaaS)	99,5% ao mês

4.2.5.2 Cálculo da Indisponibilidade: O tempo é contado desde a abertura do ticket até o pleno restabelecimento. Falhas causadas por interrupção de energia



elétrica ou internet sob responsabilidade da Prefeitura não serão computadas, desde que a CONTRATADA comprove que a resiliência offline do sistema funcionou conforme o requisito técnico.

4.2.6 Monitoramento e Relatórios Mensais

4.2.6.1 A CONTRATADA deverá manter sistema de monitoramento proativo (24x7) da saúde dos ativos. Os dados consolidados deverão ser apresentados mensalmente no Relatório Mensal de Execução e Consumo (RMEC), detalhando:

4.2.6.1.1. Percentual de uptime real de cada módulo;

4.2.6.1.2. Log de chamados abertos, com horários de abertura, resposta e fechamento;

4.2.6.1.3. Cálculo de eventuais glosas devidas por descumprimento de prazos.

4.2.7 Manutenção Preventiva Obrigatória

4.2.7.1.1. Independentemente de chamados, a CONTRATADA deverá realizar Check-up Mensal presencial em todos os motores, cancelas e sensores de segurança, com emissão de relatório técnico assinado, visando prevenir falhas mecânicas e garantir a calibração dos sensores anti-esmagamento. A não realização da preventiva mensal implica em violação de SLA de nível P2.

5. LOCAL DE ENTREGA/EXECUÇÃO

5.1 As atividades presenciais de instalação e manutenção ocorrerão no Paço Municipal de Araucária (Rua Pedro Druszc, 111) e seus perímetros de estacionamento.

5.2 Condições de Recebimento (Art. 140 da Lei nº 14.133/2021)

5.2.1 Recebimento provisório: Em até 05 (cinco) dias úteis após comunicação de entrega, via Termo de Recebimento Provisório – Anexo XI, para verificação de conformidade técnica.

5.2.2 Recebimento definitivo: Em até 30 (trinta) dias após o provisório, via Termo de Recebimento Definitivo – Anexo XII, após verificação da estabilidade (operação assistida de 30 dias) e ausência de falhas críticas.

6. DOS PRAZOS

6.1 O prazo de entrega/execução será de até 90 (noventa) dias, contados do recebimento da ordem de serviço (OS) inicial;



6.2 Cronograma de Marcos de Entrega

6.3 Dentro do prazo global, deverão ser observados os seguintes marcos parciais:

6.3.1 **Fase 1 (Planejamento e Vistoria):** Até 10 (dez) dias úteis.

6.3.2 **Fase 2 (Instalação de Hardware e Lançamento de Infraestrutura):** Até 45 (quarenta e cinco) dias corridos.

6.3.3 **Fase 3 (Configuração SaaS, APIs e Ativação WhatsApp):** Até 15 (quinze) dias corridos.

6.3.4 **Fase 4 (Capacitação e Homologação/PoC):** Até 15 (quinze) dias corridos.

6.3.5 **Fase 5 (Início da Operação Assistida e Go-Live):** Imediatamente após a homologação, completando o ciclo de 90 dias.

6.4 O prazo de **vigência do Contrato é de 12 (doze) meses**, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021, contados da data da divulgação do contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP.

7. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

7.1 A solução consiste em uma plataforma unificada de segurança e governança, operada sob os modelos Software como Serviço (SaaS) e Hardware como Serviço (HaaS). Todos os componentes devem ser nativamente integrados, operando sob uma interface única de gestão.

7.2 Arquitetura da Plataforma e Requisitos de Nuvem (SaaS)

7.2.1 **Hospedagem:** Solução em nuvem (SaaS) com datacenters localizados em território nacional (Brasil), certificação mínima Tier III e conformidade com a ISO 27001.

7.2.2 **Resiliência Offline:** O hardware de borda (terminais e controladores) deve possuir inteligência para operar de forma autônoma em caso de queda de internet, sincronizando os logs automaticamente após o restabelecimento da rede.

7.2.3 **Soberania de Dados:** APIs abertas (REST/JSON) para integração com sistemas municipais e garantia de propriedade integral dos dados pelo Município.

7.3 Módulo de Controle de Acesso Biométrico e Pedestres

7.3.1 **Terminais Faciais:** Reconhecimento em menos de 1 segundo, tecnologia anti-spoofing (detecção de vivacidade) e capacidade para operação em ambientes internos e externos.

7.3.2 **Bloqueios Físicos:** Catracas tipo flap ou swing com acabamento em aço inoxidável e funcionamento motorizado silencioso.



7.3.3 Acessibilidade PNE: Fornecimento de bloqueios motorizados com largura de vão livre mínima de 90cm e sinalização visual/sonora conforme NBR 9050.

7.4 Módulo de Segurança Veicular e Automação (LPR)

7.4.1 Câmeras LPR: Resolução específica para leitura de caracteres (OCR) de placas padrão Mercosul e Antigo, com captura de imagem colorida do veículo.

7.4.2 Motores de Alto Fluxo: Equipados com inversores de frequência para movimentos rápidos e suaves.

7.4.3 Segurança Anti-Esmagamento (Compulsório): Cada ponto de acesso veicular deve possuir redundância de segurança através de Laços Indutivos (sensor de massa metálica no solo) e Fotocélulas Infravermelhas (barreira de feixe), garantindo a reversão imediata do motor ao detectar obstáculos.

7.5 Módulo de Vigilância e Inteligência de Vídeo (CFTV IP)

7.5.1 O sistema deve gerenciar de forma unificada as 19 câmeras do projeto:

7.5.1.1 Câmeras IP Fixas (07 unidades): Resolução mínima 1080p (Full HD), 30 FPS, tecnologia WDR real e visão noturna de longo alcance para corredores e áreas internas.

7.5.1.2 Câmeras Panorâmicas 360° Fisheye (10 unidades): Resolução mínima de 5MP para cobertura total de recepções sem pontos cegos. A plataforma SaaS deve realizar o Dewarping nativo (planificação da imagem circular em telas planas).

7.5.1.3 Câmeras Speed Dome / PTZ (02 unidades): Rotação 360° horizontal e zoom óptico real de no mínimo 20x. Suporte a rondas automáticas e presets integrados ao mapa sinótico do software.

7.6 Módulo de Gestão Unificada e Ouvidoria Ativa (Software SaaS)

7.6.1 A plataforma deve atuar como o cérebro da operação, contemplando:

7.6.1.1 Gestão de Identidade: Cadastro centralizado de faces para servidores e visitantes, com gestão de níveis de acesso e controle de vigência de permissões.

7.6.1.2 Ouvidoria Ativa (Responsabilidade CONTRATADA): Configuração integral e manutenção do(s) número(s) junto à Meta (WABA), incluindo suporte para verificação da empresa e aprovação de templates categoria "Utilidade".

7.6.1.3 Gatilho Automático (Ouvidoria): Integração nativa entre o hardware de segurança e o software de mensageria. O evento de saída física registrado pelo terminal facial deve disparar automaticamente o fluxo de pesquisa.

7.6.1.4 Suporte Multimídia (Ouvidoria): Suporte ao envio e recebimento de textos, emojis, áudios, vídeos, imagens e documentos (PDF).



7.6.1.5 Automação IA (Chatbot Cognitivo): Pesquisa de satisfação conduzida por uma IA conversacional capaz de interpretar respostas abertas e interagir de forma humanizada.

7.6.1.6 Automação IA (Análise de Sentimento): Utilização de Processamento de Linguagem Natural para categorizar automaticamente os feedbacks como "Positivo", "Neutro" ou "Negativo".

7.6.1.7 Automação IA (Transcrição): Conversão automática de mensagens de áudio enviadas pelo cidadão em texto.

7.6.1.8 Dashboards: Painéis de NPS e CSAT em tempo real, relatórios de tempo de permanência, mapas de calor e tabulação de palavras-chave (Nuvem de Tags).

7.6.1.9 Portal de Suporte: Ferramenta de Service Desk nativa para abertura e acompanhamento de chamados, com registro inalterável de logs.

7.7 Módulo de Automação de Portas de Vidro

7.7.1 As portas automáticas existentes devem ser modernizadas e assumidas integralmente pela CONTRATADA:

7.7.1.1 Porta de Visitantes: Durante o horário comercial, opera via sensor de presença (radar). Fora do horário comercial e finais de semana, opera apenas via Reconhecimento Facial.

7.7.1.2 Porta Frontal: Operação via sensor de presença com capacidade de travamento/liberação remota. Fora do horário comercial e finais de semana deve permanecer fechada.

7.7.1.3 Segurança e Manutenção: Instalação de fotocélulas de proteção e responsabilidade total da CONTRATADA sobre motores, trilhos e correias (Modelo HaaS).

7.8 Estações de Cadastramento e Recepção

7.8.1 Fornecimento de kits compostos por Notebooks de alta performance e câmeras HD de mesa para o registro rápido de visitantes e coleta da foto de referência biométrica.

7.8.2 Manutenção e Reposição (HaaS)

7.8.2.1 O serviço inclui a manutenção preventiva mensal documentada e a manutenção corretiva com substituição integral de qualquer hardware defeituoso nos prazos definidos no SLA, sem custos adicionais para o Município.

7.9 Da sustentabilidade

7.9.1 Em estrita observância ao princípio do desenvolvimento nacional sustentável (Art. 11, IV, da Lei nº 14.133/2021) e visando a mitigação de impactos ambientais e a promoção da responsabilidade social, a CONTRATADA deverá adotar práticas de



sustentabilidade em todas as fases da execução contratual. O cumprimento destes critérios será objeto de monitoramento pela fiscalização.

7.9.2 Critérios Ambientais

7.9.2.1 Logística Reversa e Gestão de Resíduos Eletrônicos (HaaS):

7.9.2.1.1. Pela natureza do modelo de Hardware as a Service (HaaS), a propriedade dos ativos permanece com a CONTRATADA, que é integralmente responsável pela gestão do ciclo de vida dos equipamentos.

7.9.2.1.2. Gestão de Resíduos: A CONTRATADA deverá realizar a coleta, transporte e destinação final ambientalmente adequada de todos os componentes substituídos (câmeras, sensores, motores, baterias e terminais), conforme a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010).

7.9.2.1.3. Comprovação: Deverá ser apresentado à fiscalização, sempre que solicitado ou ao final do contrato, o Certificado de Destinação Final (CDF) ou documento equivalente emitido por empresa licenciada, garantindo o descarte ou reciclagem dos componentes eletrônicos.

7.9.2.2 Eficiência Energética e Redução da Pegada de Carbono:

7.9.2.2.1. Equipamentos de Baixo Consumo: Os dispositivos de hardware (HaaS) devem possuir tecnologias de economia de energia, como iluminação LED para infravermelho nas câmeras e motores com tecnologia de inversor de frequência, que reduzem o consumo elétrico nos ciclos de abertura e fechamento.

7.9.2.2.2. Otimização de Fluxo (LPR): A implementação da Leitura Automática de Placas (LPR) visa reduzir o tempo de espera de veículos nos acessos, contribuindo diretamente para a redução da emissão de gases poluentes (CO2) decorrentes de motores em marcha lenta.

7.9.2.3 Digitalização e Redução de Insumos (Papel e Plástico Zero):

7.9.2.3.1. Biometria Facial: A adoção da identificação biométrica facial extingue a necessidade de confecção de crachás plásticos (PVC) e o uso de cordões e suportes, reduzindo o descarte de plásticos de uso único.

7.9.2.3.2. Desmaterialização: A solução deve priorizar fluxos digitais de cadastro e relatórios, eliminando a necessidade de impressões em papel e o uso de livros de registros físicos em recepções.

7.10 Critérios Sociais

7.10.1 Acessibilidade Universal (Física e Digital):

7.10.1.1 Acessibilidade Física (PNE): A solução deve contemplar obrigatoriamente bloqueios físicos (swings/flaps) motorizados com largura de vão livre compatível com o acesso de cadeirantes e pessoas com mobilidade reduzida, garantindo o direito à acessibilidade universal.



7.10.1.2 Acessibilidade Digital: As interfaces de software (SaaS) destinadas à interação com o cidadão (como o módulo de Ouvidoria via WhatsApp) devem seguir as diretrizes do Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico (eMAG) e WCAG, garantindo que pessoas com deficiência possam utilizar o serviço de forma autônoma.

7.10.2 Relações de Trabalho e Ética

7.10.2.1 A CONTRATADA deverá declarar e garantir, sob as penas da lei, que respeita a legislação trabalhista brasileira, não utiliza mão de obra infantil, trabalho escravo ou em condições análogas à escravidão em sua cadeia produtiva e operacional.

7.11 Critérios Econômicos

7.11.1 Custo do Ciclo de Vida e Economia Circular

7.11.1.1 Otimização de Recursos: O modelo de serviço (SaaS/HaaS) evita que o Município adquira ativos que sofreriam rápida depreciação e obsolescência. O foco na manutenção preventiva e atualização constante promovido pela contratada estende a vida útil operacional dos componentes tecnológicos.

7.11.1.2 Eficiência Administrativa: A integração sistêmica via API reduz custos operacionais indiretos, minimizando erros manuais e otimizando o tempo da força de trabalho municipal.

7.11.2 Durabilidade e Garantia de Funcionamento

7.11.2.1 A obrigatoriedade de manutenção integral e suporte técnico ininterrupto assegura que o investimento público seja convertido em serviço efetivo, evitando o desperdício de recursos com equipamentos parados ou subutilizados por falta de assistência técnica.

7.12 Da subcontratação

7.12.1 Conforme o Art. 122 da Lei nº 14.133/2021, será admitida a subcontratação parcial do objeto, restrita a parcelas de natureza acessória, complementar ou de infraestrutura física, desde que a licitante principal mantenha a responsabilidade integral pela coordenação e entrega da solução.

7.12.2 Compromisso de Subcontratação: A licitante que pretender subcontratar partes do objeto deverá apresentar, no momento da habilitação, uma Declaração de Compromisso Formal de Subcontratação, assinada pelos representantes legais de ambas as empresas (Licitante e Subcontratada), identificando as parcelas que serão executadas por esta última.

7.12.3 Habilitação da Subcontratada: A subcontratada deverá comprovar a regularidade fiscal, trabalhista e jurídica, bem como a qualificação técnica necessária para a execução específica da parcela que lhe couber, sob pena de recusa pela Administração.



7.12.4 Responsabilidade Solidária: A licitante principal responderá solidariamente com a subcontratada pela execução das parcelas subcontratadas, não eximindo a contratada principal de suas obrigações contratuais e do cumprimento dos níveis de serviço (SLAs).

7.12.5 Vedações Expressas à Subcontratação (Parcelas de Relevante Valor Técnico)

7.12.5.1 Nos termos do Art. 67, § 10º da Lei nº 14.133/2021, é expressamente vedada a subcontratação das parcelas de maior relevância técnica e valor estratégico da solução, sendo elas:

7.12.5.1.1. Gestão do Software SaaS: O controle lógico da plataforma, a inteligência de processamento da biometria facial e as regras de automação da Ouvidoria Ativa.

7.12.5.1.2. Custódia e Tratamento de Dados (LGPD): O processamento e armazenamento dos dados sensíveis (biometrias e imagens) devem ser realizados diretamente pela contratada principal para assegurar a cadeia de custódia e a responsabilidade civil direta.

7.12.5.1.3. Gerenciamento do Projeto e Desenvolvimento de APIs: A responsabilidade técnica pelo desenvolvimento dos conectores de integração e a gestão da interoperabilidade sistêmica perante o Município.

7.12.5.2 A subcontratação será admitida exclusivamente para os seguintes itens, visando a eficiência logística da implantação:

7.12.5.2.1. Infraestrutura Civil e Elétrica: Serviços de furação, fundações de concreto para motores, passagens de eletrodutos e lançamento de cabeamento estruturado.

7.12.5.2.2. Serralheria e Estruturas Físicas: Ajustes estruturais em portões existentes, suportes para câmeras e adequações em cancelas para recepção dos dispositivos de automação.

7.12.5.2.3. Serviços de Broker Oficial da Meta: Provisão da API Oficial do WhatsApp Business, caso a CONTRATADA principal utilize um terceiro como provedor de solução (BSP).

7.12.6 Validação Técnica e Compatibilidade

7.12.6.1 Caso necessário, a compatibilidade técnica entre a solução da contratada principal e os serviços ou hardwares fornecidos pela subcontratada deverá ser validada na Prova de Conceito (PoC).

7.12.7 Responsabilidade da Contratada Principal (SPOC)

7.12.7.1 A CONTRATADA principal atuará como Ponto Único de Contato (Single Point of Contact - SPOC) para a Prefeitura Municipal de Araucária.



7.12.7.2 É vedado à contratada principal redirecionar o Município para suporte técnico ou faturamento direto com subcontratadas.

7.12.7.3 Qualquer falha cometida por subcontratada será imputada diretamente à contratada principal para fins de aplicação de sanções, glosas e penalidades previstas neste Edital.

7.12.7.4 A Administração reserva-se o direito de exigir a substituição de qualquer subcontratada que demonstre incapacidade técnica ou descumprimento dos níveis de serviço (SLAs).

7.13 Da garantia, manutenção e assistência técnica

7.13.1 A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos e serviços fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

7.13.1.1 Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos equipamentos e serviços, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

7.13.2 As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação dos equipamentos e serviços.

7.13.3 Referente a assistência técnica do SLA, A CONTRATADA deverá prestar assistência técnica especializada, sem ônus adicional para a Administração, em regime de atendimento contínuo, contemplando suporte remoto e presencial, central de chamados com protocolo, classificação por criticidade, registro de interações, monitoramento proativo 24x7, manutenção preventiva programada, manutenção corretiva, substituição de equipamentos defeituosos e emissão de relatórios técnicos, tudo em conformidade com os prazos e níveis de serviço definidos neste Termo de Referência.

7.13.4 Uma vez notificada, a Contratada deverá realizar o reparo ou substituição das partes ou peças que apresentarem vício ou defeito nos prazos estabelecidos abaixo:

Tipo de Equipamento	Impacto	Prazo Máximo para Substituição Integral
Itens de Segurança Ativa (Motores de Portão, Sensores Anti-esmagamento, Controladores de Acesso)	Crítico	Até 48 (quarenta e oito) horas após a constatação da impossibilidade de reparo imediato.
Terminais de Biometria e Câmeras Speed Dome	Alto	Até 52 (cinquenta e duas) horas após a abertura do chamado.
Câmeras e Estações de Cadastro	Médio	Até 60 (sessenta) horas após a abertura do chamado.



7.13.5 Justificativa dos Prazos: Os prazos reduzidos justificam-se pela natureza crítica da segurança patrimonial e pela responsabilidade civil do Município. Um portão oficial inoperante ou uma catraca de PNE travada impedem a continuidade do serviço público e comprometem a segurança de servidores e munícipes.

7.13.6 A CONTRATADA deverá substituir, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, qualquer empregado ou preposto cuja atuação seja considerada insatisfatória pela Fiscalização do Contrato ou em casos de desligamento do profissional, garantindo a manutenção da qualidade técnica.

7.13.6.1 Na hipótese do subitem 7.14.4, a Contratada deverá disponibilizar equipamentos e serviços equivalentes, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

7.13.7 A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pela própria Contratada, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

7.13.8 O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade da Contratada.

7.13.9 A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

8. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

8.1 É de responsabilidade da Licitante vencedora, manter os dados cadastrais atualizados junto à Prefeitura do Município de Araucária (PMA), conforme estabelecido no subitem 17.1.7 do edital;

8.2 Os empenhos quando encaminhados através de correio eletrônico, serão remetidos ao endereço de e-mail cadastrado no sistema da Prefeitura do Município de Araucária, sendo que, para tal cadastro, será utilizado o endereço de e-mail registrado na proposta, ou, outro informado pela requerente através de solicitação expressa ao setor de cadastro do Departamento de Licitações e Contratos, mediante processo administrativo digital² ou, através de e-mail³.

8.3 Critérios de medição e pagamento

8.3.1 A execução do contrato será objeto de medição mensal, fundamentada no princípio de que o pagamento está estritamente vinculado à disponibilidade da solução e ao cumprimento dos níveis de serviço (SLA).

² <https://araucaria.atende.net/autoatendimento/servicos/e-solicitacao-de-cadastro-de-fornecedor>

³ compras@araucaria.pr.gov.br



8.3.2 Do Recebimento dos Serviços de Implantação e Treinamento

8.3.2.1 O faturamento do Custo Único de Implantação ocorrerá em etapa única, após a conclusão física e lógica da solução:

8.3.2.2 Recebimento Provisório: Emitido após a instalação de todo o hardware, configuração do software, ativação do canal WhatsApp e realização do treinamento inicial.

8.3.2.3 Recebimento Definitivo: Emitido após o período de 30 (trinta) dias de Operação Assistida, sem a ocorrência de falhas críticas, formalizando que a solução está estabilizada e apta para o uso pleno. O pagamento da implantação será liberado somente após este termo.

8.3.3 Da Medição Mensal dos Serviços Recorrentes

8.3.3.1 A medição dos serviços de licenciamento (SaaS) e locação de hardware (HaaS) ocorrerá mensalmente, baseada na disponibilidade:

8.3.3.2 A CONTRATADA deverá apresentar, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente, o Relatório Mensal de Execução e Consumo (RMEC) – Anexo X, consolidando os indicadores de disponibilidade, cumprimento dos SLAs, inventário de ativos, chamados, manutenções preventivas e consumos sob demanda (sessões WhatsApp, integrações).

8.3.3.3 Cálculo Pro-Rata: No primeiro e no último mês de contrato, o pagamento será calculado proporcionalmente aos dias de serviço efetivamente prestado.

8.3.3.4 Condição de Aceite: O fiscal do contrato apenas atestará a nota fiscal após validar no RMEC que não houve períodos de indisponibilidade que justifiquem glosas ao serviço prestado.

8.3.4 Da Medição de Serviços sob Demanda e Consumo

8.3.4.1 Estes itens serão medidos conforme o uso real apurado no mês de referência:

8.3.4.1.1. Sessões de WhatsApp (Utilidade): A medição será feita através de relatórios extraídos diretamente da plataforma da CONTRATADA ou do log oficial da Meta, discriminando a quantidade de janelas de 24h iniciadas.

8.3.4.1.2. Integrações via API: O pagamento de cada conector será realizado após a entrega técnica da integração e a assinatura de um Termo de Aceite de Integração, limitado ao quantitativo previsto na tabela de custos.

8.3.4.1.3. Horas Técnicas / OS: Qualquer serviço extraordinário dependerá da emissão prévia de uma Ordem de Serviço (OS) autorizada pela SMAD, sendo medida pela entrega do cronograma previsto na referida ordem.



8.3.5 Regras para Aplicação de Glosas (Descontos)

8.3.5.1 Caso o RMEC aponte descumprimento de SLA ou indisponibilidade, os descontos serão aplicados diretamente na fatura do mês de ocorrência:

8.3.5.1.1. O valor da glosa será subtraído do montante total mensal antes da liquidação da despesa.

8.3.5.1.2. A CONTRATADA deverá emitir a Nota Fiscal já com o valor líquido (após glosas) ou apresentar Nota de Crédito correspondente, para fins de regularidade contábil.

8.3.6 Procedimentos de Pagamento

8.3.6.1 Apresentação da NF: Após o atesto do RMEC pelo fiscal, a CONTRATADA emitirá a Nota Fiscal Eletrônica.

8.3.6.2 Documentação Complementar: A NF deverá ser acompanhada das Certidões de Regularidade Fiscal, Trabalhista e FGTS atualizadas, além da comprovação de pagamento dos salários e encargos dos funcionários diretamente envolvidos na manutenção local (se houver).

8.3.6.3 Prazo de Pagamento: O pagamento será efetuado pelo Município em até 30 (trinta) dias contados da data do protocolo da Nota Fiscal devidamente atestada, via transferência bancária em conta de titularidade da CONTRATADA.

8.3.7 Atualização de Preços e Repactuação (WhatsApp)

8.3.7.1 Os preços dos serviços de SaaS e HaaS serão reajustados anualmente pelo IPCA;

8.3.7.2 Custos da Meta: Especificamente para o item de sessões de WhatsApp, caso a Meta Platforms Inc. altere oficialmente sua tabela de preços (em dólar ou real), a CONTRATADA poderá solicitar a repactuação do item, apresentando o anúncio oficial do fabricante e mantendo sua margem de lucro original.

9. AVALIAÇÃO DA QUALIFICAÇÃO

9.1 Disposições gerais

9.1.1 A avaliação da qualificação da licitante será realizada com a finalidade de verificar a aderência da solução ofertada aos requisitos técnicos mínimos previstos neste Termo de Referência, bem como a consistência da documentação apresentada, sem implicar ampliação, substituição ou alteração do objeto licitado.

9.2 Etapas de avaliação

9.2.1 A avaliação será composta por duas etapas sucessivas e eliminatórias:

9.2.1.1 Análise documental e verificação da qualificação técnica;



9.2.1.2 Prova de Conceito (PoC), destinada à validação prática da solução ofertada.

9.2.1.2.1. Etapa 1 – Análise documental

9.2.1.2.1.1. Na primeira etapa, a Administração verificará a regularidade da documentação apresentada pela licitante, inclusive atestados, declarações, certidões e demais elementos exigidos no edital e neste Termo de Referência, podendo, quando necessário, realizar diligências para confirmação da autenticidade, suficiência e compatibilidade das informações prestadas.

9.2.1.2.1.2. A ausência de documento exigido, a apresentação de informação incompatível com o objeto ou a insuficiência de comprovação quanto à experiência exigida poderão ensejar a inabilitação da licitante, nos termos do edital e da legislação aplicável.

9.2.1.2.1.3. Quando houver dúvida quanto à veracidade, autenticidade ou adequação dos documentos apresentados, poderá ser solicitada documentação complementar, desde que limitada à comprovação dos elementos já exigidos, vedada a inclusão de nova condição não prevista no edital.

9.2.1.2.2. Etapa 2 – Prova de Conceito (PoC)

9.2.1.2.2.1. A licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar será convocada para realização de Prova de Conceito, de caráter eliminatório, com a finalidade de demonstrar, de forma prática, que a solução ofertada atende aos requisitos funcionais, operacionais e de integração definidos neste Termo de Referência e em seus anexos.

9.2.1.2.3. Objetivo da PoC

9.2.1.2.3.1. A Prova de Conceito destina-se exclusivamente à validação da solução já existente e ofertada, sendo vedada sua utilização para desenvolvimento, adaptação estrutural, criação de novas funcionalidades ou qualquer forma de customização que descaracterize a solução apresentada na proposta.

9.2.1.2.4. Forma de realização

9.2.1.2.4.1. A PoC será realizada presencialmente, em ambiente provido pela licitante, com os recursos, equipamentos, acessos, credenciais, conexões e demais condições necessárias à demonstração integral do roteiro de testes definido pela Administração.

9.2.1.2.5. Comunicação e agendamento

9.2.1.2.5.1. A convocação para a PoC será realizada por meio do sistema eletrônico, com antecedência suficiente para a organização da sessão e para a disponibilização das condições operacionais necessárias à avaliação.

9.2.1.2.6. Indicação do local



9.2.1.2.6.1. A licitante deverá informar, no prazo preclusivo de 02 (dois) dias úteis contados do recebimento da convocação, o endereço exato do local onde ocorrerá a PoC, situado no município sede da licitação ou em raio rodoviário máximo de 50 km do centro administrativo da Prefeitura, de modo a viabilizar a presença da Comissão de Avaliação e o acompanhamento por representantes das demais licitantes. O descumprimento deste prazo ou indicação de local fora do raio estabelecido ensejará desclassificação imediata.

9.2.1.2.7. Responsabilidade pela estrutura

9.2.1.2.7.1. É de exclusiva responsabilidade da licitante disponibilizar toda a infraestrutura física e lógica necessária à realização da PoC, inclusive equipamentos, softwares, licenças, acessos, internet, energia, dispositivos de demonstração e suporte técnico. Na data e horário designados, o ambiente deverá estar integralmente montado, testado e em pleno funcionamento.

9.2.1.2.8. Roteiro de testes

9.2.1.2.8.1. A demonstração deverá seguir integralmente o Roteiro da Prova de Conceito (PoC) – Anexo VIII, abrangendo os requisitos mínimos cuja verificação prática seja necessária para validação da solução ofertada.

9.2.1.2.9. Vedação durante a sessão

9.2.1.2.9.1. Não será admitida a implementação de funcionalidades novas, correções estruturais, programação, codificação, compilação de software ou qualquer providência que represente criação de solução inexistente à data da convocação. Eventuais ajustes de configuração compatíveis com a solução já ofertada poderão ser admitidos, desde que não comprometam a isonomia, a segurança da avaliação e a integridade da demonstração.

9.2.1.2.10. Intercorrências técnicas

9.2.1.2.10.1. Eventuais intercorrências operacionais de natureza estritamente técnica, como falhas de conectividade, instabilidades de hardware, falhas de cabeamento ou necessidade de ajustes pontuais de parametrização, poderão ser registradas em ata e, se sanáveis durante a sessão, corrigidas pela licitante dentro do prazo fixado para a PoC.

9.2.1.2.11. Prazo de execução

9.2.1.2.11.1. A Prova de Conceito deverá ser concluída dentro do prazo máximo de 08 (oito) horas, contado a partir do início formal da sessão, devendo a licitante manter a solução plenamente operacional durante toda a execução dos testes.

9.2.1.2.12. Critérios de avaliação

9.2.1.2.12.1. A solução será considerada aprovada quando demonstrar, de forma objetiva, o atendimento integral aos requisitos previstos para a PoC. A reprovação ocorrerá quando houver ausência de funcionalidade essencial, incompatibilidade



técnica, incapacidade de integração, não conclusão dos testes ou tentativa de simulação de recurso inexistente.

9.2.1.2.13. Resultado da PoC

9.2.1.2.13.1. Ao final da sessão, a Comissão de Avaliação lavrará relatório circunstanciado, consignando o resultado da análise, que poderá ser:

9.2.1.2.13.1.1. Aprovada: Cumprimento total dos requisitos.

9.2.1.2.13.1.2. Aprovada com ressalvas: Quando houver falhas sanáveis que não comprometam o atendimento substancial dos requisitos.

9.2.1.2.13.1.3. Reprovada: Quando não comprovado o atendimento aos requisitos mínimos exigidos.

9.2.1.2.14. Consequências da reprovação

9.2.1.2.14.1. A reprovação na Prova de Conceito ou o descumprimento das condições de realização implicará a desclassificação da licitante, com convocação da próxima colocada, se houver, para a respectiva etapa de avaliação, nos termos do edital.

9.2.1.2.15. Registro e formalização

9.2.1.2.15.1. Toda a sessão deverá ser formalmente registrada pela Comissão de Avaliação, com indicação dos testes realizados, dos resultados obtidos, das eventuais intercorrências e da conclusão final, para fins de instrução processual e motivação do julgamento.

10. GERENCIADOR DA CONTRATAÇÃO

10.1 A contratação decorrente deste processo será gerida por servidor da SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO;

10.2 E-mail de contato do gestor: infra.smad@araucaria.pr.gov.br;

10.3 Telefone de contato do gestor: (41) 3614-1400 – Ramal: 2325;

10.4 Formalizada a contratação, eventuais solicitações relativas à execução contratual deverão ser solicitadas diretamente ao gestor, visto que tais demandas não serão analisadas ou decididas pelo Pregoeiro signatário do edital.

11. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO



11.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

11.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

11.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

11.4 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

11.5 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

11.6 Da Fiscalização do Contrato

11.6.1 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, artigo 117, caput e artigos 11 e 12 do Decreto 39.132, de 2023](#)).

11.6.2 Fiscalização Técnica

11.6.2.1 O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

11.6.2.1.1. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 39.132, de 2023, art. 11, § 1º](#));

11.6.2.1.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção;



11.6.2.1.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;

11.6.2.1.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato;

11.6.2.1.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual;

11.6.3 Fiscalização Administrativa

11.6.3.1 O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

11.6.3.1.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

11.6.4 Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

11.7 Da Gestão do Contrato

11.7.1 A execução da contratação será acompanhada pelo gestor do contrato, que coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

11.7.2 O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência.

11.7.3 O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.



11.7.4 O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

11.7.5 O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

11.7.6 O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

11.7.7 O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

11.7.8 A designação do gestor do contrato e seu suplente constará do instrumento contratual, nos termos do §2º do artigo 10 do Decreto Municipal n.º 39.132, de 2023.

12. PENALIDADES

12.1 Pela inexecução total ou parcial do contrato, pela execução irregular, intempestiva ou em desacordo com as especificações técnicas, operacionais e de desempenho estabelecidas neste Termo de Referência, a Administração poderá, garantida a prévia defesa e observado o devido processo legal, aplicar à CONTRATADA as sanções de advertência, multa, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade, nos termos dos arts. 155 e 156 da Lei Federal nº 14.133/2021 e da regulamentação municipal aplicável, sem prejuízo da obrigação de reparação integral dos danos eventualmente causados ao Município ou a terceiros.

12.1.1 Considera-se infração administrativa

12.1.1.1 Para fins de aplicação das penalidades previstas no Termo de Referência, entre outras hipóteses:

12.1.1.1.1. Dar causa à inexecução total ou parcial do contrato;

12.1.1.1.2. Retardar injustificadamente a execução do objeto ou de suas etapas;

12.1.1.1.3. Rescumpir prazos de implantação, atendimento, manutenção, substituição de equipamentos ou solução de incidentes;

12.1.1.1.4. Descumprir os níveis mínimos de serviço (SLA), inclusive prazos de resposta e solução;

12.1.1.1.5. Deixar de realizar manutenção preventiva programada;

12.1.1.1.6. Entregar bens, equipamentos, softwares, integrações ou serviços em desconformidade com as especificações contratuais;



12.1.1.1.7. Falhar na segurança operacional, inclusive em dispositivos anti-esmagamento, automação de portões, controle de acesso e demais itens críticos;

12.1.1.1.8. Pescumprir obrigações de proteção de dados, sigilo, integridade, confidencialidade e segurança da informação, especialmente em relação à LGPD;

12.1.1.1.9. Apresentar documentação falsa, declaração inverídica, fraude, conduta inidônea ou qualquer ato destinado a frustrar os objetivos da contratação;

12.1.1.1.10. Não celebrar o contrato, não assinar termo aditivo quando cabível, ou não apresentar documentação exigida para a contratação quando convocada.

12.1.1.2 Na aplicação das sanções, serão considerados a natureza e a gravidade da infração, os danos dela resultantes para a Administração, as peculiaridades do caso concreto, a vantagem auferida pela CONTRATADA, a reincidência, a capacidade de execução contratual, a proporcionalidade da medida e eventual implantação de programa de integridade, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e da regulamentação municipal aplicável.

12.1.2 A sanção de multa será aplicada observando-se os seguintes parâmetros gerais:

12.1.2.1 A multa poderá variar de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do contrato, conforme a gravidade da infração e a hipótese legal aplicável;

12.1.2.2 A gradação específica da multa deverá respeitar os parâmetros definidos no Termo de Referência, sem prejuízo da aplicação das demais sanções cabíveis;

12.1.2.3 A multa poderá ser compensatória, moratória ou punitiva, conforme a natureza do inadimplemento;

12.1.2.4 A aplicação da multa não exclui a cobrança de perdas e danos, nem afasta a possibilidade de rescisão contratual por culpa da CONTRATADA.

12.1.2.4.1. Tabela de glosas e multas. Sem prejuízo das demais penalidades legais, ficam estabelecidas as seguintes hipóteses específicas de glosa e multa:

INFRAÇÃO / FALHA	SANÇÃO / GLOSA	BASE DE CÁLCULO	TETO ESPECÍFICO
Atraso no cronograma de implantação	Multa de 0,5% ao dia	Valor total da implantação	Limite de 10%
Descumprimento de SLA P1 (crítico)	Glosa de 1,0% por hora de atraso	Valor da fatura mensal	Limite de 10% da fatura
Descumprimento de SLA P2 (alto)	Glosa de 0,5% por dia de atraso	Valor da fatura mensal	Limite de 5% da fatura
Falha em dispositivo anti-esmagamento	Multa de 5,0% por ocorrência	Valor da fatura mensal	Sem prejuízo de reparação integral dos danos
Ausência de manutenção preventiva	Multa de 3,0% por mês	Valor da fatura mensal	Aplicação cumulativa enquanto persistir a omissão
Incidente de segurança de dados / LGPD	Multa de 2,0% a 5,0%	Valor total do contrato	Conforme gravidade e extensão do evento



INFRAÇÃO / FALHA	SANÇÃO / GLOSA	BASE DE CÁLCULO	TETO ESPECÍFICO
Rescisão por culpa da contratada	Multa de 10,0% a 20,0%	Valor total do contrato	Sem prejuízo das demais sanções cabíveis

12.1.3 Para garantir a exequibilidade do contrato e a proporcionalidade das sanções, ficam estabelecidos os seguintes limites:

12.1.3.1 O somatório das multas aplicadas em um único mês não poderá exceder 10% (dez por cento) do valor da fatura mensal correspondente;

12.1.3.2 As glosas, por representarem abatimento de serviço não prestado ou prestado em desconformidade, não se confundem com multa e não se submetem ao limite mensal acima;

12.1.3.3 Caso o somatório de glosas e multas ultrapasse 25% (vinte e cinco por cento) do valor mensal, a Administração deverá instaurar procedimento de avaliação de rescisão contratual;

12.1.3.4 O valor acumulado de multas ao longo da vigência do contrato não poderá exceder 20% (vinte por cento) do valor total atualizado do contrato;

12.1.3.5 Atingido o teto global de 20% ou verificado desempenho insuficiente reiterado, inclusive glosas recorrentes por 3 (três) meses consecutivos, a Administração poderá rescindir unilateralmente o contrato por culpa da CONTRATADA, sem prejuízo do impedimento de licitar e contratar, quando cabível.

12.1.4 Procedimento

12.1.4.1 A aplicação de qualquer sanção será precedida de notificação formal da CONTRATADA, com indicação dos fatos, enquadramento e dosimetria aplicada. Será assegurado prazo de 15 (quinze) dias úteis para apresentação de defesa, na forma da Lei nº 14.133/2021 e da regulamentação municipal aplicável. A autoridade competente deverá apreciar motivadamente a defesa apresentada, podendo manter, reduzir, agravar ou afastar a penalidade, conforme o caso. As glosas serão aplicadas diretamente na medição do mês de ocorrência. As multas poderão ser descontadas dos pagamentos devidos, da garantia contratual, de créditos eventualmente existentes em outros contratos firmados com a Administração, ou cobradas judicialmente, observada a legislação aplicável. A aplicação das sanções previstas neste Termo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados ao Município, aos usuários do serviço ou a terceiros.



ANEXO II

REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

1. DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

1.1 HABILITAÇÃO JURÍDICA

1.1.1 No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

1.1.2 Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, na forma da Resolução CGSIM n.º 16, de 2009, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

1.1.3 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

1.1.4 No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

1.1.5 Para empresa que se declarou na condição de Micro Empresa, Empresa de Pequeno Porte ou Microempreendedor Individual, deverá apresentar documento comprobatório de que a proponente se enquadra em tal condição, emitido com a antecedência máxima de 60 (sessenta) dias da data da abertura da licitação;

1.1.6 No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização.

1.2 REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

1.2.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

1.2.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta n.º 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

1.2.3 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante;

1.2.4 Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante;



1.2.5 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

1.2.6 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa ou Positiva com efeito de Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), dentro do prazo de validade, conforme Lei n.º 12.440, de 2011;

1.2.7 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

1.2.8 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Estadual ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente, na forma da lei;

1.2.9 Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

1.3 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

1.3.1 **Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;**

1.3.2 Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

1.3.2.1 Se não constar prazo de validade no próprio documento ou no SICAF, será considerada válida a Certidão expedida até 90 (noventa) dias imediatamente anteriores à data de apresentação das propostas.

1.4 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

1.4.1 **Atestado(s) de Capacidade Técnica**

1.4.1.1 A licitante deverá comprovar sua aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto desta contratação, mediante apresentação de:

1.4.1.1.1. Capacidade Técnica Operacional: Mínimo um ou mais atestados de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a experiência compatível com o objeto desta contratação, abrangendo obrigatoriamente soluções integradas de segurança eletrônica, controle de acesso biométrico e gestão de sistemas em nuvem;



1.4.1.1.2. O conjunto de atestados apresentados (seja da licitante, seja da soma licitante e subcontratada) deverá comprovar, no mínimo, escopo ou quantitativo equivalente a 10% (dez por cento) do valor total estimado nesta licitação, nos termos do § 2º do art. 67 da Lei nº 14.133/2021. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

1.4.2 Conformidade com a LGPD: Declaração formal, assinada por seu representante legal, de que tem plena ciência e se compromete a cumprir todas as disposições da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD).

1.4.3 Complementação de documentação

1.4.3.1 Quando existir dúvida em relação à veracidade do atestado, ou quando nele não constarem informações suficientes a comprovar a qualificação mínima exigida, o Agente de Contratação poderá realizar diligência juntamente aos emissores ou solicitar à licitante a apresentação de documentos comprobatórios, tais como, cópias de notas fiscais, recibos, contratos, nota de empenho, Demonstrativo de Resultados, devendo ser enviados através da função “enviar anexo” via sistema COMPRAS.GOV.BR, no prazo de até 4 (quatro) horas, contadas do registro da solicitação no “chat”.



ANEXO III
MODELO DE PROPOSTA
(MODELO PARA PROPOSTA AJUSTADA)

PROCESSO LICITATÓRIO 16.942/2026
PREGÃO 47/2026

"À PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA"
"PREGÃO ELETRÔNICO n.º 47/2026"
"ABERTURA DIA 30/06/2026, ÀS 9h"
NÚMERO DO CNPJ DA EMPRESA"
"RAZÃO SOCIAL DO PROPONENTE"

Item	Especificação	Quantidade total	Unidade de medida	Valor unitário proposto/R\$	Valor total proposto/R\$
Valor total da proposta/R\$					

Informações bancárias:

Banco:

Agência:

Conta-corrente:

Telefone para contato (setor de licitações e para envio de nota de empenho):

E-mail (setor de licitações e para envio de nota de empenho):

Validade da proposta: 90 (noventa) dias, a contar da data limite para as apresentações das propostas.

O arrematante atesta o atendimento das exigências técnicas conforme Anexo I do Edital.

O arrematante DECLARA que, para fins do disposto no § 1.º do art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021, a proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de condutas vigentes na data de entrega desta proposta.

Araucária, ____ de ____ de 2026

Nome e assinatura do representante legal ou procurador da empresa, devidamente identificado através da documentação apresentada.



ANEXO IV
MODELO DE DECLARAÇÃO DE INDICAÇÃO DE REPRESENTANTE LEGAL PARA ASSINATURA DO CONTRATO

Ref.: Edital de Pregão Eletrônico n.º ____/2026

Declaramos que o Responsável Legal da proponente (inserir o nome da proponente), para assinatura do contrato, no caso de sagrar-se vencedora da presente licitação, é o (a) Sr. (a) (inserir o nome completo, número dos documentos de identidade e CPF, profissão e endereço)

Local, data

(Nome, RG n.º e assinatura do responsável pelo licitador).

OBSERVAÇÃO: A apresentação da declaração acima, não exclui a necessidade de apresentação de quaisquer documentos exigidos no Edital, bem como da apresentação de procuração específica quando for o caso.



ANEXO V
DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE PELA ATUALIZAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS E BANCÁRIOS

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob n.º _____, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) _____, portador da carteira de identidade n.º _____ e CPF n.º _____, para fins de participação no Pregão Eletrônico n.º ____/____, sob as penas da lei, pelo presente;

DECLARA:

1. Estar ciente da RESPONSABILIDADE de manter atualizados os seus dados cadastrais junto à Prefeitura do Município de Araucária, mediante os canais de atendimento indicados no subitem 17.1.7 do Edital;

2. Que os contatos oficiais para recebimento de convocações, Termos de Contratos, Ordens de Serviços e/ou Notas de Empenho e notificações, são os seguintes:

Endereço de e-mail: _____

Telefone fixo para contato: () _____

Telefone celular contato: () _____

Funcionário Responsável: _____

3. Que as informações bancárias para fins de pagamento, conforme comprovante que encaminhamos em anexo⁴, são as seguintes:

Banco: _____ Agência: _____ Conta-corrente: _____

4. Que os dados informados acima são verdadeiros e suficientes para as tratativas durante a execução do objeto, e que qualquer alteração nas informações ora prestadas, serão prontamente informadas ao Departamento de Licitações e Contratos da Prefeitura do Município de Araucária, através do endereço de e-mail compras@araucaria.pr.gov.br⁵, com cópia ao gestor do contrato, no e-mail: naf.smad@araucaria.pr.gov.br, ou mediante abertura de processo administrativo digital⁶.

Local e Data

(Nome, RG n° e assinatura do responsável pelo licitador).

4 Requer-se a juntada de comprovante em anexo a fim de evitar eventuais incongruências por erros de digitação;

5 Telefones para contato (41) 3614-1400. Ramais: 1490 ou 2309.

6 <https://araucaria.atende.net/autoatendimento/servicos/e-solicitacao-de-cadastro-de-fornecedor>



ANEXO VI
MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob n.º _____, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) _____, portador da carteira de identidade n.º _____ e CPF n.º _____, para fins de participação no Pregão Eletrônico n.º ____/____, sob as penas da lei, pelo presente;

DECLARA:

- () MICROEMPRESA, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006;
- () EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006;
- () MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, conforme parágrafo 1º do artigo 18-A da Lei Complementar nº 123, 2006, com redação dada pela Lei Complementar nº 188, de 2021.
- () COOPERATIVA, nos termos do Art. 34, da Lei Federal nº 11488/2007.

DECLARA ainda:

1. Que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;
2. Que não extrapolou a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte no ano-calendário de realização da licitação, nos termos do § 2º do Art. 4º da Lei Federal nº 14.133/2021.

Local e data

Representante Legal

ANEXO VII**ROTEIRO DA PROVA DE CONCEITO (POC)****PROCESSO ADMINISTRATIVO:** [preencher]**TR Nº:** [preencher]**EDITAL/PREGÃO Nº:** [preencher]

OBJETO: Contratação de solução integrada de segurança eletrônica, controle de acesso biométrico e experiência do cidadão, com fornecimento integral de equipamentos, manutenção, suporte técnico especializado e integração sistêmica.

O presente roteiro disciplina a Prova de Conceito (PoC), de caráter eliminatório, destinada à validação prática da solução ofertada pela licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar, com foco na comprovação do atendimento integral aos requisitos funcionais, operacionais e de integração previstos no Termo de Referência.

A PoC será realizada presencialmente.

A licitante deverá disponibilizar, por sua conta e risco, toda a infraestrutura física e lógica necessária.

A solução deverá estar integralmente montada, testada e operacional no início da sessão.

Não será admitida criação de funcionalidade nova, codificação estrutural, desenvolvimento superveniente ou simulação de recurso inexistente.

Ajustes pontuais de parametrização poderão ser admitidos, desde que não alterem a essência da solução ofertada.

A PoC deverá ser concluída no prazo máximo de 8 (oito) horas contadas da abertura formal da sessão.

Presidente/Coordenador: [nome / matrícula]**Membro:** [nome / matrícula]**Membro:** [nome / matrícula]**Apoio técnico:** [nome / matrícula / área]**Representante da licitante:** [nome / CPF / cargo]**Data:** [dd/mm/aaaa]**Hora de início:** [hh:mm]**Hora de encerramento:** [hh:mm]**Local:** [endereço]**Solução/versão demonstrada:** [preencher]

Item	Requisito objetivo	Evidência esperada	Resultado
1	Plataforma unificada de gestão	Demonstração em interface única com módulos integrados	[Atende/Não atende]
2	Controle de acesso facial	Cadastro, reconhecimento e liberação em tempo compatível	[Atende/Não atende]
3	Mecanismo anti-spoofing	Tentativa controlada com imagem/foto sem liberação indevida	[Atende/Não atende]



Item	Requisito objetivo	Evidência esperada	Resultado
4	Controle veicular com LPR	Leitura de placa e registro do evento	[Atende/Não atende]
5	Segurança anti-esmagamento	Simulação de obstáculo com reversão imediata	[Atende/Não atende]
6	Operação offline/resiliência	Demonstração de continuidade local e sincronização posterior	[Atende/Não atende]
7	CFTV integrado	Visualização, gravação/consulta e gestão dos pontos de vídeo	[Atende/Não atende]
8	Gestão de identidade	Perfis, permissões, vigência e trilha de auditoria	[Atende/Não atende]
9	Integração por API	Demonstração de conector, payload, log ou mock funcional	[Atende/Não atende]
10	Gatilho de Ouvidoria Ativa	Evento de saída física gerando fluxo automatizado	[Atende/Não atende]
11	Dashboards e relatórios	Exibição de relatórios gerenciais, logs e indicadores	[Atende/Não atende]
12	Portal de chamados / Service Desk	Abertura, rastreabilidade e histórico do ticket	[Atende/Não atende]
13	Perfis da fiscalização	Demonstração de acesso consulta/gestor para fiscalização	[Atende/Não atende]
14	Exportação de dados	Exportação em formato aberto/interoperável	[Atende/Não atende]
15	Conformidade operacional geral	Aderência global sem inconsistências críticas	[Atende/Não atende]

Teste de biometria facial: a comissão solicitará o cadastramento de usuário de teste e a validação do reconhecimento facial, com registro do evento e aplicação das regras de acesso.

Teste de tentativa indevida (anti-spoofing): a licitante deverá demonstrar que o terminal é capaz de rejeitar tentativa de autenticação com foto, imagem em tela ou artefato não vivo.

Teste de acesso veicular: deverá ser demonstrada a leitura de placa, o registro do acesso e a associação do evento ao módulo de gestão.

Teste de segurança ativa: a comissão validará a reversão imediata do movimento em situação controlada de obstrução.

Teste de resiliência offline: deverá ser simulada a indisponibilidade de internet para verificar o funcionamento local e a posterior sincronização dos registros.

Teste de integração e gatilho automatizado: a licitante deverá demonstrar o encadeamento entre evento físico de saída e o disparo automatizado de fluxo de mensagem/ouvidoria.

Teste de gestão e auditoria: a comissão verificará logs, trilhas de auditoria, relatórios e perfis de acesso voltados à fiscalização e gestão do contrato.

Será considerada APROVADA a solução que comprovar o atendimento integral dos requisitos avaliados.

Será considerada APROVADA COM RESSALVAS a solução que apresente falhas sanáveis sem prejuízo substancial da aderência ao TR, a critério motivado da comissão.

Será considerada REPROVADA a solução que não concluir os testes, não demonstrar funcionalidade essencial, apresentar incompatibilidade técnica relevante ou tentar simular recurso inexistente.



Horário	Ocorrência	Providência adotada	Responsável
[hh:mm]	[descrever]	[descrever]	[nome]

Resultado da PoC: [Aprovada / Aprovada com ressalvas / Reprovada]

Síntese técnica da comissão: [descrever de forma objetiva]

Comissão de Avaliação

Nome: _____

Cargo/Matrícula: _____

Assinatura: _____

Nome: _____

Cargo/Matrícula: _____

Assinatura: _____

Representante da Licitante

Nome: _____

Cargo: _____

Assinatura: _____



ANEXO VIII
TERMO DE ACEITE DE INTEGRAÇÃO**PROCESSO ADMINISTRATIVO:** [preencher]**CONTRATO N°:** [preencher]**ORDEN DE SERVIÇO / CHAMADO / DEMANDA N°:** [preencher]**INTEGRAÇÃO:** [descrever integração/API]

O presente Termo formaliza a verificação técnica e o aceite da integração entregue pela CONTRATADA, referente ao desenvolvimento, configuração e/ou disponibilização de conector, API, webhook, rotina de troca de dados ou mecanismo equivalente, nos termos do TR e do contrato.

Sistema origem: [preencher]

Sistema destino: [preencher]

Tipo de integração: [API REST / webhook / arquivo / outro]

Eventos/dados trafegados: [preencher]

Ambiente validado: [produção / homologação]

Data da validação: [preencher]

Item	Critério	Status
1	Integração implantada no ambiente previsto	[Conforme/Não conforme]
2	Autenticação e segurança configuradas	[Conforme/Não conforme]
3	Campos obrigatórios trafegando corretamente	[Conforme/Não conforme]
4	Regras de negócio aplicadas	[Conforme/Não conforme]
5	Logs/auditoria disponíveis	[Conforme/Não conforme]
6	Tratamento de erro documentado	[Conforme/Não conforme]
7	Evidência de teste funcional apresentada	[Conforme/Não conforme]
8	Manual ou orientação operacional entregue	[Conforme/Não conforme]

☐ ACEITA☐ ACEITA COM RESSALVAS☐ NÃO ACEITA**Ressalvas / ajustes pendentes:** [descrever, se houver]**Prazo para saneamento, quando cabível:** [preencher]

O aceite deste documento servirá como evidência para fins de medição e pagamento do item de integração sob demanda, observado o limite contratual, a regular execução e os demais requisitos do TR e do contrato.

Fiscal do Contrato: _____

Matrícula: _____

Assinatura: _____

Gestor do Contrato: _____



Matrícula: _____

Assinatura: _____

Preposto da Contratada: _____

CPF: _____

Assinatura: _____



Anexo IX

RELATÓRIO MENSAL DE EXECUÇÃO E CONSUMO (RMEC)

MÊS/ANO DE REFERÊNCIA: [preencher]

CONTRATO Nº: [preencher]

CONTRATADA: [preencher]

PREPOSTO: [preencher]

O RMEC consolida as evidências mensais de execução, disponibilidade, manutenção, atendimento a chamados, consumo sob demanda e eventuais glosas, constituindo documento base para o atesto da nota fiscal pela fiscalização do contrato.

Indicador	Resultado apurado		
Disponibilidade geral da plataforma	[preencher]		
Disponibilidade acesso biométrico/vigilância	[preencher]		
Segurança ativa (portões/sensores)	[preencher]		
Quantidade de chamados abertos	[preencher]		
Quantidade de chamados encerrados	[preencher]		
Preventivas realizadas	[preencher]		
Integrações aceitas no mês	[preencher]		
Sessões WhatsApp Utilidade	[preencher]		
Sessões WhatsApp Serviço	[preencher]		
Valor bruto do mês	[preencher]		
Glosas aplicáveis	[preencher]		
Valor líquido para faturamento	[preencher]		
Item/Módulo	Quantidade operacional	Quantidade indisponível	Observações
Controle de acesso biométrico	[]	[]	[]
LPR / acesso veicular oficial	[]	[]	[]
Estacionamento cidadão	[]	[]	[]
Câmeras IP fixas	[]	[]	[]
Câmeras fisheye	[]	[]	[]
Câmeras PTZ	[]	[]	[]
Estações de cadastramento	[]	[]	[]
Plataforma SaaS	[]	[]	[]
Portas automáticas	[]	[]	[]
Módulo/Serviço	Resultado do mês	Conformidade	



Indicador	Resultado apurado				
Plataforma SaaS	<input type="checkbox"/>	[Sim/Não]			
Segurança ativa	<input type="checkbox"/>	[Sim/Não]			
Acesso biométrico e vigilância	<input type="checkbox"/>	[Sim/Não]			
Ticket	Data/hora abertura	Primeira resposta	Solução/ fechamento	Dentro do SLA	Observações
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	[Sim/Não]	<input type="checkbox"/>
Data	Serviço executado	Técnico responsável	Evidência		
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	[OS/foto/checklist]		

7.1 Sessões WhatsApp

Categoria	Quantidade no mês	Evidência de apuração	Valor unitário	Valor total
Utilidade	<input type="checkbox"/>	[relatório/ plataforma]	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Serviço	<input type="checkbox"/>	[relatório/ plataforma]	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

7.2 Integrações entregues no mês

Integração	Termo de aceite	Status	Valor
<input type="checkbox"/>	[nº/data]	[aceita/não aceita]	<input type="checkbox"/>

7.3 Serviços extraordinários / OS

OS nº	Descrição	Período	Status	Valor
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Motivo	Base de cálculo	Critério aplicado	Valor da glosa	
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	

A CONTRATADA declara que as informações constantes neste RMEC correspondem à execução efetivamente realizada no período de referência, acompanhadas dos respectivos registros, logs, relatórios e evidências técnicas passíveis de auditoria pela fiscalização.

☐ RMEC aprovado sem ressalvas

☐ RMEC aprovado com ressalvas

☐ RMEC rejeitado

Observações da fiscalização: [preencher]

Preposto da Contratada: _____

Data: ____/____/____

Fiscal do Contrato: _____

Data: ____/____/____

Gestor do Contrato: _____

Data: ____/____/____



Anexo X**TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO****PROCESSO ADMINISTRATIVO:** [preencher]**CONTRATO N°:** [preencher]**OBJETO:** [preencher]

O presente Termo formaliza o recebimento provisório da etapa de implantação/entrega comunicada pela CONTRATADA, para fins de verificação de conformidade técnica, nos termos do prazo e das condições estabelecidas no TR.

- ☐ Instalação física concluída
- ☐ Infraestrutura lógica configurada
- ☐ Plataforma SaaS ativada
- ☐ Integrações mínimas implementadas
- ☐ Canal de mensageria/WhatsApp ativado
- ☐ Treinamento inicial realizado
- ☐ Documentação técnica entregue

Item verificado	Situação	Observação
Conformidade com o TR/contrato	[Conforme/Não conforme]	[]
Integridade dos ativos instalados	[Conforme/Não conforme]	[]
Funcionamento inicial da solução	[Conforme/Não conforme]	[]
Entrega de manuais/relatórios	[Conforme/Não conforme]	[]
Treinamento executado	[Conforme/Não conforme]	[]

Pendências identificadas: [descrever ou registrar “sem pendências aparentes”]**Prazo para saneamento:** [preencher]

Este termo não implica quitação definitiva da obrigação contratual, nem afasta a necessidade de verificação da estabilidade operacional, do funcionamento em operação assistida e do atendimento integral ao TR para emissão do recebimento definitivo.

Fiscal do Contrato: _____

Gestor do Contrato: _____

Preposto da Contratada: _____

Data: ____/____/____



Anexo XI**TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO****PROCESSO ADMINISTRATIVO:** [preencher]**CONTRATO Nº:** [preencher]**OBJETO:** [preencher]

O presente Termo formaliza o recebimento definitivo da solução/etapa contratual, após o recebimento provisório, a verificação da estabilidade da operação assistida, a ausência de falhas críticas e a confirmação de aderência ao TR e ao contrato.

☐ Recebimento provisório emitido☐ Pendências saneadas☐ Operação assistida concluída☐ Ausência de falhas críticas impeditivas☐ Documentação e evidências entregues☐ Treinamento e transferência de conhecimento validados☐ RECEBIDO DEFINITIVAMENTE☐ RECEBIDO DEFINITIVAMENTE COM RESSALVAS☐ NÃO RECEBIDO DEFINITIVAMENTE**Fundamentação / ressalvas:** [preencher]

A emissão deste termo autoriza o prosseguimento das rotinas de liquidação e pagamento da etapa correspondente, sem prejuízo da responsabilidade da contratada por vícios, falhas supervenientes, manutenção, suporte, SLA, segurança da informação e demais obrigações contratuais.

Fiscal do Contrato: _____

Gestor do Contrato: _____

Autoridade/Unidade demandante: _____

Preposto da Contratada: _____

Data: ____/____/____



Anexo XII

ORDEM DE SERVIÇO

OS Nº: [preencher]

CONTRATO Nº: [preencher]

DATA DE EMISSÃO: [preencher]

Tipo: [Implantação / Preventiva / Corretiva / Integração / Treinamento / Serviço extraordinário]

Solicitante: [nome / matrícula / unidade]

Responsável da contratada: [nome / contato]

[Descrever com precisão o serviço solicitado, local(is), ativos envolvidos, resultados esperados e eventual vínculo com chamado, plano de implantação, pendência, integração ou manutenção.]

[preencher]

Data prevista de início: [preencher]

Prazo de conclusão: [preencher]

Janela de execução: [preencher]

O serviço será considerado concluído somente após comprovação da execução, apresentação das evidências pertinentes e validação formal pela fiscalização, quando cabível.

☐ Relatório técnico

☐ Checklist de execução

☐ Registro fotográfico, se aplicável

☐ Logs/prints/evidências sistêmicas, se aplicável

☐ Atualização de inventário, se aplicável

☐ Termo de aceite específico, se aplicável

[preencher]

Fiscal/Gestor emitente: _____

Matrícula: _____

Assinatura: _____

Preposto da Contratada: _____

Assinatura: _____

Data: ____/____/____



Anexo XIII**TERMO DE SIGILO E CONFIDENCIALIDADE****PROCESSO ADMINISTRATIVO:** [preencher]**CONTRATO N°:** [preencher]**PARTES:** Município de [preencher] e [Contratada]

O presente Termo estabelece as obrigações de sigilo, confidencialidade, proteção da informação e tratamento adequado de dados pessoais e dados pessoais sensíveis a que a CONTRATADA, seus empregados, prepostos, subcontratados autorizados e demais envolvidos tenham acesso em razão da execução contratual.

dados biométricos, imagens, registros de acesso, logs, credenciais e perfis de usuários;

documentos, relatórios, diagramas, fluxos, integrações, chaves, senhas e parâmetros técnicos;

informações funcionais, administrativas e operacionais do Município;

quaisquer dados classificados como pessoais ou sensíveis, nos termos da LGPD.

utilizar as informações exclusivamente para a execução do objeto contratual;

restringir o acesso apenas a profissionais estritamente necessários;

adotar controles técnicos e administrativos compatíveis com a criticidade das informações;

manter logs, rastreabilidade e mecanismos de controle de acesso;

comunicar imediatamente qualquer incidente de segurança, vazamento, acesso indevido, perda ou suspeita de comprometimento;

não compartilhar, divulgar, reproduzir ou reter informações além do necessário à execução contratual;

assegurar que empregados e terceiros autorizados assinem instrumento equivalente de confidencialidade.

utilizar dados ou informações para finalidade diversa da contratada;

copiar bases de dados sem necessidade técnica justificada;

transferir dados a terceiros sem autorização formal do Município;

manter, após o encerramento contratual, cópias, espelhos, backups ou extratos de dados sem autorização formal e fundamento legal.

Qualquer incidente de segurança deverá ser comunicado formalmente ao Município em prazo imediato, com descrição do evento, ativos afetados, dados potencialmente comprometidos, medidas de contenção, análise preliminar de causa e plano de remediação.

A obrigação de sigilo subsistirá durante toda a execução contratual e permanecerá válida mesmo após seu encerramento, enquanto as informações não se tornarem públicas de forma legítima ou até o término do dever legal de guarda, conforme o caso.

O descumprimento deste termo sujeitará a CONTRATADA às sanções contratuais, administrativas, civis e legais cabíveis, inclusive aquelas relacionadas à proteção de dados, ao sigilo e à segurança da informação, sem prejuízo da reparação integral dos danos causados.

Representante do Município: _____

Cargo/Matrícula: _____

Representante da Contratada: _____

Cargo/CPF: _____

Testemunha 1: _____

Testemunha 2: _____

Data: ____/____/____



Anexo XIV**CERTIFICADO DE EXCLUSÃO E SANITIZAÇÃO DE DADOS****CONTRATO Nº:** [preencher]**CONTRATADA:** [preencher]**PERÍODO DE REFERÊNCIA:** [preencher]**MOTIVO:** [encerramento contratual / substituição de ambiente / descarte de ativo / outro]

A CONTRATADA certifica, para os devidos fins, que concluiu a exclusão lógica e, quando aplicável, a sanitização segura dos dados e das mídias sob sua guarda relacionados à execução contratual, inclusive bases biométricas, imagens, logs, arquivos de integração, credenciais temporárias, cópias de segurança e demais artefatos digitais vinculados ao contrato, em conformidade com o TR e com as obrigações de proteção de dados.

Repositório/ativo	Tipo de dado	Método aplicado	Data de execução	Responsável
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/> Exclusão lógica controlada				
<input type="checkbox"/> Sobrescrita/sanitização segura				
<input type="checkbox"/> Revogação de credenciais e tokens				
<input type="checkbox"/> Expurgo de backups, quando aplicável				
<input type="checkbox"/> Remoção de dados de ambientes de teste/homologação				
<input type="checkbox"/> Desvinculação de integrações e chaves técnicas				

Existem dados retidos por obrigação legal, regulatória, contratual ou ordem formal?☐ Não☐ Sim

Se sim, especificar base legal, tipo de dado, prazo de retenção e medida de proteção adotada: [preencher]

A CONTRATADA declara que, após a execução das medidas acima, não mantém cópias operacionais, espelhos, credenciais ativas, bases auxiliares ou quaisquer dados além daqueles cuja retenção seja obrigatória e formalmente justificada.

☐ Relatório técnico de exclusão☐ Logs do procedimento☐ Relação de ambientes tratados☐ Relação de contas/credenciais revogadas☐ Comprovantes complementares

Responsável técnico da Contratada: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

Encarregado/DPO ou responsável por segurança: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

Ciência da Fiscalização/Gestão: _____

Matrícula: _____

Assinatura: _____

Data: ____/____/____



Anexo XV
MINUTA CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.: ____/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.: 16.942/2026
PREGÃO ELETRÔNICO N.: ____/2026

Através do presente instrumento de CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, em que figuram de um lado o MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 76.105.535./0001-99, com sede na Rua Pedro Druszc, n.º 111, Paço Municipal Ignácio Kampa, CEP 83.702-080, neste ato representada pelo(a) Secretário(a) Municipal de_____, Sr.(a) _____, na qualidade de ordenador(a) de despesa e, de outro lado, a empresa _____, CNPJ/MF nº _____, com sede na Rua _____, nº _____, Bairro: _____ CEP: _____, cidade/estado, através de seu representante legal, Sr(a) _____, portadora do CPF/MF nº _____, doravante denominada CONTRATADA, têm justo e convencionado o presente CONTRATO, com fundamento da Lei nº 14.133/2021 e regido em consonância com o Decreto Municipal nº 39.132/2023 e integralmente vinculado aos documentos contidos no Processo Administrativo nº 16.942/2026, em especial ao Termo de Referência, bem como conforme cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO

O presente CONTRATO tem por objeto a contratação de solução integrada de Segurança Eletrônica, Controle de Acesso Biométrico e Experiência do Cidadão, sob o regime de prestação de serviços contínuos com fornecimento integral de equipamentos, manutenção preventiva e corretiva, suporte técnico especializado e serviços de integração sistêmica, nos termos estabelecidos no Edital e seus Anexos.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QTDE.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	(preencher conforme item)	Unidade	XXXX	R\$	R\$
TOTAL				R\$	



§ 1º – Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1. O Termo de Referência;
2. A Autorização para a Dispensa de Licitação pelo Ordenador da Despesa;
3. A Proposta do contratado;
4. Eventuais anexos dos documentos supracitados e outros elementos do processo administrativo.

CLÁUSULA SEGUNDA

DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses**, contados da publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e Diário Oficial do Município de Araucária, **na forma do art. 106 e do art. 184 do Decreto Municipal n.º 39.132/2023.**

§ 1º – A prorrogação e renovação do contrato se darão conforme disposto nos arts. **105 a 114 e 124 da Lei nº 14.133/2021.**

§ 2º – O contrato decorrente do Processo Administrativo nº 16.942/2026 poderá ser prorrogado, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto contratado.

1. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado;
2. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual;
3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo;
4. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA

DO PRAZO DE ENTREGA/EXECUÇÃO

A CONTRATADA obriga-se a entregar ao CONTRATANTE o objeto deste Contrato, integralmente nos termos e condições do edital, bem como nos prazos estabelecidos abaixo, sob pena de extinção unilateral e aplicação do disposto na Cláusula décima



segunda do presente instrumento e demais sanções previstas no Processo Administrativo nº 16.942/2026.

§ 1º - O prazo de entrega/execução do presente contrato será de até _____ dias _____, conforme estabelecido no Termo de referência.

§ 2º – Considera-se em mora no dia seguinte ao vencimento do prazo estabelecido.

§ 3º – Os prazos e obrigações previstos neste CONTRATO vigorarão independentemente de aviso extrajudicial, bem como de interpelação ou notificação judicial.

CLÁUSULA QUARTA

DA EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL

O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

§ 1º – A contratação decorrente deste contrato será gerida pela Secretaria Municipal de Administração, tendo como Gestor da contratação a servidora **Marilaine Dutra Nascimento** – Matrícula **20237-1**, e Gestor substituto o servidor **Fabiano Veiga Oliva** – Matrícula **22044-1**, e como Fiscal a servidora **Franciele Montanine Gonsalves**, matrícula nº **6863**, e fiscal substituto a servidora **Cristiani Moreira Antunes** – Matrícula nº **13332-1**, nos termos do Decreto Municipal nº 39.132/2023.

CLÁUSULA QUINTA

DA SUBCONTRATAÇÃO

Não será permitida a subcontratação total ou parcial do objeto.

CLÁUSULA SEXTA

DO PREÇO

O valor total da contratação é de R\$ _____ (_____) (PRENCHER CONFORME LOTE/ITEM).

§ 1º - No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

§ 2º - O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos dos serviços efetivamente prestados.



CLÁUSULA SÉTIMA

DO PAGAMENTO

Os pagamentos serão realizados, conforme:

§ 1º – O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, de acordo com as quantidades adimplidas, conforme protocolo da Nota Fiscal (da matriz ou filial, de acordo com os documentos apresentados na habilitação do presente edital), devidamente atestada pela Secretaria solicitante, acompanhadas do Termo de Recebimento Definitivo e Ateste do recebimento do objeto.

§ 2º – O pagamento ficará condicionado à apresentação mensal das Certidões Negativas de Débitos da Previdência Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), dentro dos seus prazos de validade.

§ 3º – O documento fiscal de serviços, quando houver fornecimento de material, deverá vir acompanhado de planilha discriminando os materiais aplicados na execução dos mesmos, sujeitando-se os seus valores às retenções tributárias, conforme previsão legal.

§ 4º – O Pagamento ocorrerá por depósito bancário, devendo, para isto, a CONTRATADA apor na Nota Fiscal o número da conta-corrente, com expressa indicação do banco e agência correspondente.

§ 5º – Quando houver glosa parcial, a contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

§ 6º – Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

§ 7º – Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

§ 8º – Constatando-se a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da CONTRATANTE.

§ 9º – Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

§ 10º – Persistindo a irregularidade, a CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à CONTRATADA a ampla defesa.



§ 11º – Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a CONTRATADA não regularize sua situação de manutenção das condições de habilitação.

§ 12º – Demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA OITAVA

DO REAJUSTE

§ 1º – Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, datado de **13/04/2026** (Data da assinatura do mapa de preços).

§ 2º – Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

§ 3º – Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

§ 4º – No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

§ 5º – Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

§ 6º – Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

§ 7º – Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

§ 8º – O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA NONA

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

São obrigações do CONTRATANTE:

§ 1º – Efetuar os pagamentos dentro do prazo e condições expostas no edital.

§ 2º – Exercer o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento do objeto, por servidor ou comissão especialmente designados.

§ 3º – Notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso do fornecimento, fixando prazo para



a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas.

§ 4º – Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

§ 5º – Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.

§ 6º – Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela CONTRATADA.

§ 7º – Efetuar o pagamento à CONTRATADA do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

§ 8º – Aplicar à CONTRATADA as sanções previstas na lei e neste Contrato.

§ 9º – Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pela CONTRATADA.

§ 10º – Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

§ 11º – Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

§ 12º – A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA DÉCIMA

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

São obrigações da CONTRATADA:

§ 1º – Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do item, de acordo com os arts. 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990).

§ 2º – Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

§ 3º – Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada.



§ 4º – Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

§ 5º – Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

GARANTIA E EXECUÇÃO

A CONTRATADA, através do presente CONTRATO, obriga-se a fornecer o bem nos termos da Cláusula Primeira, obedecendo às diretrizes previamente designadas pelo CONTRATANTE e obedecendo ao regime de execução e condições nos termos previstos no Edital e no Termo de Referência.

A CONTRATADA deverá prestar garantia contratual do bem, complementar a garantia legal pelo prazo mínimo de 12 (doze) meses, contados a partir do primeiro dia útil subsequente a data do recebimento definitivo do objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

A inexecução total ou parcial das obrigações assumidas, bem como a execução irregular ou com atraso injustificado, tem como consequência a aplicação combinada das penalidades de natureza pecuniária e restritiva de direitos, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 39.132/2023, o contratado que:

1. Der causa à inexecução parcial do contrato;
2. Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
3. Der causa à inexecução total do contrato;
4. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
5. Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
6. Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
7. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

§ 1º – Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:



1. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 2º, da Lei nº 14.133/2021);
2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133/2021);
3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/2021).

§ 2º – Multa:

1. A multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento), nem superior a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do lote no qual participou ou do contrato, observando ainda as seguintes variações;
2. Multa de 0,5% a 5%, nos casos das infrações previstas no art. 195 do Decreto Municipal nº 39.132/2023;
3. Multa de 5% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 196 do Decreto Municipal nº 39.132/2023;
4. Multa de 15% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 197 do Decreto Municipal nº 39.132/2023;

§ 3º – O cálculo da multa será justificado e levará em conta o disposto nos arts. 210 a 212 do Decreto Municipal nº 39.132/2023.

§ 4º – A multa poderá ser descontada do pagamento devido pela Administração Pública estadual, decorrente de outros contratos firmados entre as partes, caso em que a Administração reterá o pagamento até o adimplemento da multa, com o que concorda o contratado.

§ 5º – A retenção de pagamento de outros contratos, pela Administração Pública, no período compreendido entre a decisão final que impôs a multa e seu adimplemento, suspende a fluência de prazo para a Administração, não importando em mora, nem gera compensação financeira.

§ 6º – Multa de mora diária de até 0,3% (três décimos por cento), calculada sobre o valor global do contrato ou da parcela em atraso, até o 30º (trigésimo) dia de atraso na entrega; a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, a multa de mora será convertida em compensatória, aplicando-se, no mais, o disposto nos itens acima.

§ 7º – A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE (art. 156, § 9º, da Lei nº 14.133/2021).

§ 8º – Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, § 7º, da Lei nº 14.133/2021):



1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133/2021);
2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133/2021).

§ 9º – A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

§ 10º – Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, § 1º, da Lei nº 14.133/2021):

1. A natureza e a gravidade da infração cometida;
2. As peculiaridades do caso concreto;
3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
4. Os danos que dela provierem para o Contratante;
5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

§ 11º – Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

§ 12º – A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160 da Lei nº 14.133/2021).

§ 13º – O CONTRATANTE deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de



Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (art. 161 da Lei nº 14.133/2021).

§ 14º – As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/2021.

§ 15º – Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

Conforme art. 138 da lei 14.133/2021, a extinção do contrato poderá ser:

I – Determinado por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

II – Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

III – Determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

§ 1º – O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

§ 2º – Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

§ 3º – Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

1. Ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
2. Poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

§ 4º – O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no art. 137 da Lei nº 14.133/2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

1. Nesta hipótese, aplicam-se também os arts. 138 e 139 da mesma Lei;



2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato;
3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

§ 5º – O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
3. Indenizações e multas.

§ 6º – A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei nº 14.133/2021).

§ 7º – O contrato poderá ser extinto:

1. Caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função no processo de contratação direta ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021);
2. Caso se constate que a pessoa jurídica contratada possui administrador ou sócio com poder de direção, familiar de detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação ou de autoridade a ele hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante (art. 3º, § 3º, do Decreto nº 7.203/2010).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados para o exercício de 2026, nas dotações abaixo discriminadas:

ÓRGÃO	DOTAÇÃO	FONTE
SMAD		

§ 1º – A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

DOS CASOS OMISSOS



Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021, e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA

DAS ALTERAÇÕES

Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

§ 1 – O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessário, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

§ 2 – As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 01 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133/2021).

§ 3 – Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA

ANTICORRUPÇÃO

As partes declaram conhecer as normas de prevenção a corrupção, previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992), a Lei nº 12.846/2013 e seus regulamentos, se comprometem que para a execução deste contrato nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, devendo garantir, ainda que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA

DA PUBLICAÇÃO

Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei



n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, § 2º, da Lei n. 12.527/2011, c/c art. 7º, § 3º, inciso V, do Decreto n. 7.724/2012.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA

DO FORO

Fica eleito o Foro Regional de Araucária para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, § 1º, da Lei nº 14.133/2021.

Araucária, data da última assinatura eletrônica.

XXXXXXXXXXXX
SECRETÁRIO(A) MUNICIPAL DE
XXXXXXXXXXXX
Ordenador(a) da Despesa

CONTRATADA
CNPJ/MF nº XXXXXXXXX

REPRESENTANTE
CPF/MF nº xxxxxxxxx

